

Ata da 172ª Reunião Ordinária do Conselho Pleno do CFESS ocorrida em Brasília-DF, no período de 13 a 17 de novembro de 2014, Gestão 2014-2017 – Tecendo na luta a manhã desejada

1 Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e quatorze, reuniram-se na
2 Sede do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS –, na Cidade de Brasília-DF,
3 os Conselheiros do Conselho Federal de Serviço Social, constantes da lista de
4 presença em livro próprio, para participarem da 172ª Reunião Ordinária do Conselho
5 Pleno do CFESS, conforme convocação, por meio da Comunicação Interna CFESS nº
6 9/2014, de 27 de outubro de 2014, na qual estabelece que, posteriormente, será
7 encaminhada proposta de pauta para apreciação e sugestões. Dia 13 – Reunião das
8 Comissões. Dia 14 – 1. Momento Cultural; 2. Análise da Conjuntura; 3. Assuntos
9 Contábeis e Conselho Fiscal; 4. Balancete e Proposta Orçamentária de 2015; 5
10 Convites e Informes; 6. Composição das comissões organizadoras dos eventos
11 organizados pelo CFESS em 2015 e 2016; 7. Definição da representação do CFESS
12 nos GTs. Dia 15 – 8. Debate sobre a “Reforma Política”; 9. Assuntos Jurídicos; 9.1.
13 Minuta de Resolução sobre Recadastramento Profissional; 9.2. Parecer Jurídico
14 quanto à gratificação da Comissão de Licitação; 9.3. Manifestações Jurídicas. Dia 16
15 – 10. Seguro de vida para Conselheiros/as; 11. CFESS na Estrada/2015; 12.
16 Recursos do CEAD/UnB; 13. Contratação de assessoria especial; 14. Definição do dia
17 da confraternização de final de ano; 15. Deliberações das Comissões. Dia 17 –
18 Julgamento dos Recursos Éticos. Dia 14 de novembro (manhã). A Conselheira **Esther**
19 iniciou a reunião justificando as ausências dos Conselheiros Maurílio, Josi e Raquel,
20 as ausências momentâneas da Conselheira Juliana e da Conselheira Marlene, que foi
21 representar o CFESS na oficina prontuário SUAS. Registrou, também, o pedido de
22 afastamento da Conselheira Lilian. A Assessora Jurídica **Sylvia Terra** sugeriu que o
23 pedido de afastamento da Conselheira Lilian seja avaliado juntamente com o Parecer
24 Jurídico sobre a situação do CRESS da 7ª Região. A Conselheira **Daniela Castilho**
25 leu a poesia “Em Trânsito” de sua autoria. A Conselheira **Daniela Neves** registrou o
26 legado de Leandro Konder na vida da Entidade. A Conselheira **Esther** discorreu sobre
27 o processo eleitoral brasileiro, a situação política que o país está vivenciando e a
28 influência dessa situação no contexto latino-americano; fez uma conexão entre o
29 processo eleitoral no Brasil e no Uruguai, o reascenso de toda uma organização
30 política de perspectiva conservadora. Compartilhou com o Conselho visita técnica
31 realizada para conhecer os serviços no Uruguai; conhecer a lei que regulamentou a
32 produção, a distribuição e o consumo da maconha; que no Uruguai, desde 74, não é
33 criminalizado; que como estado-nação foi o primeiro país em termos de legislação a
34 fazê-la. Citou também congresso mundial realizado na Holanda e alguns estados dos
35 Estados Unidos que regulamentaram a questão da produção. A Conselheira sugeriu
36 uma missão, uma visita técnica ao Uruguai, como CFESS, já que protagonistas nessa
37 deliberação no Encontro Nacional, é preciso cumprir essa deliberação e muitas vezes
38 o CFESS fica sem elementos para fazer a defesa da produção ou não. A Conselheira
39 **Solange** analisou o processo eleitoral como muito complexo; que circula pela internet
40 que o PT irá implantar um golpe de esquerda, um projeto comunista; que gostaria que
41 fosse verdade, mas, de fato, não é, o que complica ainda mais o processo eleitoral
42 para 2018. Disse que o PT foi o partido que ficou mais tempo no governo em relação
43 aos outros partidos, daí essa vinculação com a ditadura da Venezuela; e que o

44 CFESS tem que pensar mais nas suas estratégias. A Conselheira **Erlenia**, em sua
45 análise, disse que leva algum tempo para entender e digerir todo esse processo
46 eleitoral; manifestações conservadoras presentes, que entender como associar às
47 manifestações de junho, no momento parece contraditório e nos deixa assustados
48 para avaliar, como se houvesse um rebaixamento do debate. Disse que quando se
49 imagina o PT, pensa-se que ainda não foi feita a reforma agrária, pensa-se em uma
50 ascensão do ensino privado de forma absurda e no retrocesso dos direitos humanos
51 no ponto de vista concreto da defesa deles, pensa-se na socialização da riqueza
52 mínima, pelo crédito, pelo endividamento da população, que não são elementos que o
53 CFESS defende e que se deve repensar essa esquerda radical que saiu dividida
54 nessa eleição. Disse da importância de repensar esquerda radical, pensar estratégias
55 de como enfrentar essa realidade, a tarefa de construir esquerda com essa
56 diversidade. A Assessora Jurídica **Sylvia Terra** relatou que havia uma pressão para
57 que o CFESS se manifestasse em relação ao processo eleitoral; que o CFESS não
58 podia se manifestar, que estava impedido de se manifestar na medida em que é uma
59 entidade, um espaço político-ideológico e não um espaço político-partidário. A
60 Assessora Especial **Cristina Abreu** disse que o CFESS tem que pensar as posturas
61 conservadoras e reacionárias que se colocam no momento; que o CFESS deve
62 continuar fazendo a crítica, mais diferenciada, perceber como isso vai rebater no
63 profissional. A Conselheira **Daniela Neves** acrescentou que está colocado esse
64 desafio de construir essa diversidade, mas sem nenhuma ilusão do retrocesso na luta
65 a ser travada; que sobre as posições da reforma o CFESS deve entrar sem nenhuma
66 ilusão e com os pés no chão com essa estratégia, de que é mais uma estratégia do
67 que totalmente um projeto de reforma. A Conselheira **Tânia** reforçou que isso que se
68 está fazendo agora, que realmente se consiga fazer essa dinâmica e, às vezes, a
69 dinâmica do cotidiano nos nossos Plenos nos sequestra e não permite que façamos
70 esse debate sobre as nossas representações, nos espaços que estamos presentes e
71 que acaba sendo mais bem discutido nas Comissões, mas sem esse debate público,
72 essa representação pública exige unicidade. Disse que o CFESS será requisitado o
73 tempo inteiro e que o Conselho tem que se fortalecer mutuamente quando for aos
74 espaços individuais dizer o que o CFESS tem discutido sobre reforma política; que é
75 fundamental que o Conselho se organize, que tenha mais agilidade, pois isso ajuda a
76 dar a resposta no tempo certo, para não perder o momento ideal. “Pelas nossas
77 deliberações e demandas teremos que dar uma solução a essa exigência de
78 posicionamento do CFESS no tempo real e ver como proceder diante dos fatos, para
79 não perder o momento certo e manter as nossas análises de conjuntura, que nos
80 qualifica nos debates nos conselhos, fóruns e em outras representações nas quais
81 estamos inseridos”. A Conselheira **Daniela Castilho** disse que esse processo de
82 correlação de força, essa conjuntura não será igual ao primeiro governo e que é
83 preciso um tempo maior para analisar como irá se materializar; que o processo
84 eleitoral teve um clamor, um sentimento que traz uma busca pela volta daquele PT
85 mais alinhado aos movimentos populares e questões sociais. Disse que o grande
86 vencedor desse processo foi a direita, apesar de o PSDB não ter ganho a eleição,
87 mas a direita se reorganizou; que houve um ato para
88 *impeachment* em São Paulo. Citou entrevista com o Rui Falcão, em que ele sinalizava
89 algumas coisas do PT. Dizia assim: “vamos precisar fazer nesses quatro anos um
90 projeto ideológico de tentar retirar essa pecha de corrupto do PT”; e que já está
91 sinalizando coisas que é preciso olhar com cuidado. “Ele fala de um processo de

92 reformas que tem a tendência de transformar o pensamento petista em pensamento
93 hegemônico, que 80% das pessoas que usam o Prouni são contra o Bolsa Família. As
94 pessoas não estão alinhando isso com o pensamento do PT, com o programa. Penso
95 que essa correlação, essa conjuntura vai ter elementos que são diferenciados, de
96 certa cobrança dos movimentos populares. O PT está literalmente agora entre a cruz
97 e a espada. Julgo que não sabem o que fazer ainda diante de promessas que foram
98 feitas, principalmente em relação à reforma política, que pode, nesse processo, tomar
99 um rumo que não pode ter um controle e o que o PT fará com os ‘acordões’ que fez
100 para ganhar, pois isso é um projeto de poder. Isso é um elemento interessante; que
101 esse ato de amanhã mostra como a direita vem se colocando de forma mais explícita,
102 não mais de forma subliminar; que é explícito, é um *pró-impeachment* que pede,
103 inclusive, um retorno da ditadura, do militarismo; como, por exemplo, vejo que as
104 manifestações de junho não desembocaram em expressões de esquerda”.
105 Concluindo, disse que esse processo eleitoral, com muita contradição do Governo PT,
106 abre espaço de luta para os movimentos sociais e que é inadiável uma posição
107 responsável da esquerda no país para não se confundir com esquerdismo; que
108 pareceu essa esquerda que é radical, que não dialoga entre si, o que é um problema
109 muito sério e dá espaço para a volta de um saudosismo petista. “Creio que é um
110 elemento para analisarmos e que não me sinto com total segurança de fazer
111 determinadas análises e julgo que está se conformando agora. Enfim, esses
112 elementos que trouxe serão colocados e polarizados pelo debate da reforma política”.
113 A Assessora Especial **Zenite Bogea** acrescentou que se vive um dos momentos mais
114 cruéis da história em termos de polarização desse debate; que mexeu com todos e
115 que os desafios que ele apresenta para o CFESS como categoria são bem maiores
116 agora. Disse que uma questão que preocupa muito é que o hoje o governo está
117 investindo pesado nos movimentos e se utilizará disso para a luta; e como o CFESS
118 fará esse debate visto que a luta da entidade é diferente; que esse é o desafio que
119 está posto. A Conselheira **Alessandra** expôs que o decreto da Participação Social
120 trouxe um problema nos controles dos espaços sociais, “pois realmente ele nos divide
121 agora, porque nos espaços nos quais participamos, quando questionamos, porque
122 estaremos, então, apoiando a direita, mas se você apoia, você está apoiando o que o
123 julgamos que é um retrocesso. Creio que teremos inúmeros problemas nos espaços
124 que vamos construir no controle social principalmente”. A Conselheira **Sandra**
125 questionou como ficou o posicionamento do CFESS quanto à questão do decreto,
126 pois precisa ser divulgado com urgência até para que a crítica do Conselho não
127 corrobora com o posicionamento da direita. “Há pessoas que estão inseridas,
128 apoiando o debate da reforma política, mas algumas pessoas estavam dizendo que o
129 decreto não traz grandes avanços”. A Conselheira **Solange**, em relação ao decreto,
130 disse que o CFESS deve ficar quieto, tomar cuidado, pois é um tema muito complexo.
131 A Conselheira **Esther**, concluindo o assunto pautado, ponderou que essa análise de
132 conjuntura é para o CFESS não errar na ação; que o posicionamento sobre o decreto,
133 da participação, a Seguridade Social fez toda uma discussão na plenária; que agora
134 não será definida esta questão, mas que será pautada essa questão sobre qual será
135 o posicionamento do Conselho. “Estamos adensando a nossa análise para sabermos
136 qual é calibre certo nesse momento político para fazermos essa intervenção”. Dando
137 início ao item de pauta Assuntos Contábeis e Conselho Fiscal, o Assessor Contábil
138 **Vilmar Medeiros** apresentou o balancete do CFESS até o mês de outubro de 2014,
139 assim resumido: Receita arrecadada até outubro de 2014 no valor de R\$

140 5.843.202,82, que corresponde a 97% da arrecadação prevista. Despesa realizada no
141 mesmo período no valor de R\$ 4.423.368,69, que corresponde a 73% das despesas
142 efetuadas no período. Superávit financeiro no valor de R\$ 2.946.834,58. A receita
143 arrecadada até o mês de outubro de 2014 foi superior à receita arrecadada no mesmo
144 período de 2013 em R\$ 940.710,11, correspondente a um aumento de 18,90%; A
145 despesa realizada até o mês de outubro de 2014 foi superior à despesa realizada no
146 mesmo período de 2013 em R\$ 825.487,20, correspondente a um aumento de
147 22,36%. Previsão Despesas com Comissões 2015: Despesas Previstas Relações
148 Internacionais 2014 55.900,00 2015 100.000,00 Diferença 78,89%; Seguridade Social
149 2014 300.000,00 2015 400.000,00 Diferença 100.000,00 33,33%; Formação 2014
150 130.000,00 2015 145.000,00 Diferença 15.000,00 11,54%; Administrativo Financeiro
151 2014 185.000,00 2015 300.000,00 Diferença 115.000,00 62,16%; Ética 2014
152 126.000,00 2015 170.000,00 Diferença 44.000,00 34,92%; Fiscalização 2014
153 95.000,00 2015 105.000,00 Diferença 10.000,00 10,53%; Comunicação 2014
154 547.000,00 2015 650.570,00 Diferença 103.570,00 18,93%; Total 2014 1.438.900,00
155 2015 1.870.570,00 Diferença 431.670,00 30,00%. Resumo das Despesas Fixas e
156 Variáveis: Despesas Fixas 5.129.430,00 73,28 Despesas Variáveis 1.870.570,00
157 26,72 Total 7.000.000,00 100%. O Assessor registrou que chamou atenção no mês
158 de outubro a despesa superior à receita em R\$486.000.000,00; que o motivo foi o
159 Encontro Nacional; Finalizando, o Assessor Contábil destacou que a situação
160 financeira do CFESS está equilibrada e que é preciso ter o cuidado de gastar
161 exatamente o que arrecada no ano, não gastando no ano anterior para pagamento no
162 exercício seguinte. A Conselheira **Daniela Neves** informou que o Conselho Fiscal não
163 pôde se reunir. Sugeriu que o Conselho fosse amadurecendo a ideia de aquisição de
164 uma nova sede para o CFESS, sugestão reforçada pela Conselheira Esther. A
165 Conselheira **Ester** sugeriu, havendo recursos no Fundo Sede, que o Conselho
166 verificasse a possibilidade de viabilizar a necessidade dos CRESS Tocantins e Acre.
167 A Conselheira informou que o CFESS encaminhou ofício circular aos CRESS,
168 solicitando a proposta orçamentária 2015, cujo prazo é até 31 de outubro. A
169 Conselheira **Sandra** informou que quatro CRESS encaminharam a Proposta
170 Orçamentária de 2014 (Tocantins, Amapá, Espírito Santo e Bahia). Os CRESS que já
171 encaminharam a Proposta Orçamentária para 2015 são seis (Ceará, Pará, Santa
172 Catarina, Paraíba, Alagoas, Amazonas e Distrito Federal). O Assessor Contábil
173 **Vilmar Medeiros** informou que foi protocolizado também o do Rio de Janeiro. A
174 Conselheira **Esther** externou que a informação do Conselho Fiscal sobre a condição
175 dos CRESS é importante para o Conselho Pleno tomar a decisão de quais priorizar
176 em relação ao CFESS na Estrada. A Conselheira **Sandra** informou que são sete
177 CRESS: Acre é prioridade, segundo informação do Assessor Vilmar, e os demais:
178 Espírito Santo (segunda prioridade), Rio Grande do Norte, Distrito Federal,
179 Pernambuco, Mato Grosso Sul e Amazonas. O Assessor **Vilmar Medeiros** prestou
180 informações sobre a situação contábil de cada CRESS. O Assessor comentou sobre a
181 solicitação de adiantamento de recursos do CRESS/ES, e que o mesmo está com
182 superávit. "Deve-se fazer uma manifestação opinando pela não concessão do
183 adiantamento, tendo em vista a situação contábil". A Assessora Jurídica **Sylvia Terra**
184 corroborou com a sugestão do Assessor Contábil, também a Conselheira **Esther**, mas
185 que na reunião da Adm-Fin será discutido o assunto, inclusive com a presença da
186 Conselheira Juliana, para se tomar decisão e retorno fundamentados ao CRESS do
187 Espírito Santo. Em seguida, o Assessor **Vilmar Medeiros** fez longa exposição ao

188 Conselho sobre a Proposta Orçamentária 2015. A proposta foi aprovada no valor de
189 R\$7.000.000,00, sendo R\$5.129.430,00 destinados às despesas fixas e
190 R\$1.870.570,00 para as despesas variáveis (comissões). Informou, ainda, que na
191 Proposta Orçamentária para 2015, na rubrica das comissões, haverá o
192 desdobramento em dois itens, de modo a alocar os recursos previstos para atividades
193 permanentes e eventuais. Em seguida, passou-se aos Planos de Ação das
194 Comissões. As comissões elaboraram seus planos de ação para 2015 e estes
195 deverão ser reorganizados devido a orientação do Assessor Contábil, prevendo o
196 detalhamento das atividades permanentes e eventuais até o próximo Pleno, o de
197 dezembro. A Conselheira **Esther** colocou em votação e a Proposta Orçamentária
198 para 2015 foi aprovada por unanimidade. Dia 14 de novembro (tarde) – A Conselheira
199 **Ester**, reiniciando a reunião, leu o primeiro convite: VIII Encontro do Fórum das COFIs
200 – Região Sul organizado pelo CRESS 12ª Região. A Conselheira **Alessandra** disse
201 que o assunto foi discutido na COFI e nenhum conselheiro tinha disponibilidade de ir
202 ao encontro. Deliberou-se que a Assessora Especial Cristina Abreu representaria o
203 CFESS. Fórum do Conselhão: repassa convite do TCU para participar de evento
204 “Reunião com Presidente da República eleita e todos os governadores eleitos”
205 Evento: Retratos do Brasil: Contribuições dos Tribunais e da Sociedade para
206 Desenvolvimento Integrado da Nação. Dia 17/11/2014 às 14h30. A Conselheira
207 **Esther** leu o convite e o ofício recebidos no início de novembro. Informou que no
208 mesmo dia 17 de novembro o Conselho estará em reunião do Pleno. A Assessora
209 Jurídica **Sylvia Terra** expôs que o CFESS não deve participar e nem responder a
210 essas solicitações neste momento. A Conselheira **Sandra** disse que o CFESS poderia
211 responder com o resumo das ações por comissão. A Conselheira **Tânia** acha que o
212 Conselho não deve participar e explicar o motivo: julgamento de processos éticos. O
213 Pleno deliberou pela não participação do CFESS. A Conselheira **Esther** leu convite
214 do CBCISS, II Seminário Nacional: Serviço Social no Mundo do Futebol: Formação do
215 Atleta nas Categorias de Base, a realizar-se em 24/11, no Rio de Janeiro; e também
216 convite do Deputado Eduardo Barbosa, da Comissão de Relações Exteriores da
217 Defesa Nacional, Seminário Trabalho Escravo Globalizado – Desafios brasileiros, que
218 vai acontecer no dia 26 de novembro na Câmara dos Deputados. O Pleno deliberou
219 por parabenizar, agradecer, informar impossibilidade. A Conselheira leu também
220 ofício encaminhado pelo CRESS/MS, convidando o Presidente do CFESS para
221 participar de uma audiência com a reitora da Universidade Federal de Mato Grosso do
222 Sul, para tratar da abertura do curso de Serviço Social. A Conselheira informou que é
223 uma ação a ser feita juntamente com a ABEPSS e CRESS. A Conselheira **Juliana**
224 disse que a Comissão de Formação Profissional irá tentar priorizar essa ação e que
225 mesmo que não tenha condições agora irá se esforçar para sempre ter alguém do
226 CFESS acompanhando esses processos. O Pleno deliberou por responder dizendo
227 da impossibilidade de agenda para este ano, mas que o tema está pautado no Plano
228 de Lutas das entidades (CFESS, ABEPSS, ENESSO), que o discutirá na próxima
229 reunião do GT a realizar-se em 30/11, quando será organizada uma agenda para
230 2015 para articulações com algumas universidades públicas para tal ação. O próximo
231 convite vem do CRESS/ES, para a realização do Fórum das Comissões Permanentes
232 de Ética da Região Sudeste. A Conselheira **Tânia** sugeriu que, haja vista a temática,
233 “reposição sobre desaforamento, normatização dos prazos para realização dos
234 julgamentos em segunda instância pelo CFESS, levantamento sobre formas e
235 possibilidades de aplicação penalidade de advertência pública pelos outros CRESS,

236 processos disciplinares e aplicação da Resolução 590 e apresentação sobre o perfil
237 das denúncias éticas do CRESS/SP”, solicitou que a Assessora Jurídica Sylvia
238 também se fizesse presente. Deliberou-se pela participação da Conselheira Tânia e
239 da Assessora Sylvia Terra. A Conselheira **Esther** informou que encaminhará para as
240 comissões permanentes de ética do Sudeste e que a Assessora Jurídica Sylvia Terra
241 confirmou a sua participação. Convite para visita institucional do CFESS para a
242 IES/CE, dia 10 de dezembro de 2014, para palestra junto a estudantes, professores e
243 supervisores de campo de estágio, bem como toda a categoria da Região Vale do
244 Jaguaribe, Aracati. A Conselheira **Erlenia** disse que a ideia é que mais alguém do
245 CFESS fosse também, a fim de avaliar sobre o lançamento da cartilha da
246 incompatibilidade. O Pleno deliberou agradecer o convite e informar a impossibilidade.
247 Convite do CIBS para o Foro Regional Latino-Americano, a realizar-se nos dias 3 e
248 4/12, na República Dominicana. Deliberou-se que será divulgado na página do
249 CFESS e por agradecer pelo convite. Sétimo Congresso Internacional de Trabalho
250 Social, que é o encontro dos trabalhadores sociais da saúde, em Cuba. A Conselheira
251 **Esther** informou que já foi colocado na página do CFESS dando visibilidade. Convite
252 para participar do Simpósio sobre Estágio Supervisionado na Formação Profissional
253 do Assistente Social, comemorativo aos 70 anos da ESSUCSAL, a realizar-se em
254 Salvador, dia 17/11. A Conselheira **Nazarela** escreveu um texto de saudação a ser
255 lido na mesa de abertura. Deliberou-se por responder o convite dizendo da
256 impossibilidade, encaminhando o texto redigido pela conselheira. Convite para
257 participar do Primeiro Seminário Internacional sobre Novas Perspectivas do
258 Envelhecimento Humano, dia 18 de novembro, na LBV, apoio da Faculdade de
259 Educação Física da UnB. Convite do CRESS/PA para Seminário Comemorativo aos 4
260 anos da CAI Parauapebas nos dias 27 e 28/11. A Conselheira **Daniela Castilho**
261 informou que tem um convite de lançamento da cartilha; que vai na Oficina da
262 ABEPSS, onde se estará fazendo o lançamento do Conjunto
263 ABEPSS/CFESS/CRESS/ENESSO e que poderá estar lá como CFESS no
264 lançamento da Cartilha. “Fizemos uma coisa interessante, tudo em conjunto,
265 ABEPSS, CFESS, CRESS e ENESSO e acordamos que seria um momento
266 interessante na Oficina da ABEPSS justamente fazer o lançamento da Cartilha”. A
267 Conselheira **Juliana** falou da importância política do evento. Deliberada a participação
268 da Conselheira Daniela Castilho, que verificará a possibilidade de o CRESS/PA arcar
269 com a sua hospedagem; caso não haja, todas as despesas serão do CFESS. A
270 Conselheira **Marlene** relatou o convite do MDS, nos dias 26, 27 e 28, em Brasília,
271 Seminário Nacional, uma oficina sobre trabalho social com família, que não poderá se
272 fazer presente. Deliberou-se por informar a impossibilidade de agenda, agradecer o
273 convite e parabenizar. Informes. A Conselheira **Esther** deu os seguintes informes:
274 reajuste do aluguel da garagem do prédio. A locação da garagem é no valor de
275 R\$587,00. O reajuste foi de 6.79%. Informe e solicitação do assistente social Marcos
276 Chincilla Montes, da Universidade da Costa Rica, sobre a tradução livre feita da
277 publicação do CFESS: Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para
278 reflexão; e solicita autorização para divulgação. O Conselho deliberou por responder
279 que seja enviada ao CFESS a tradução feita, para análise e posterior
280 encaminhamento. Informe do Fórum de Conselhos Regionais das Profissões
281 Regulamentadas de Saúde do Rio Grande do Sul; informe da Federação Nacional
282 dos Trabalhadores nas Autarquias de Fiscalização do Exercício Profissional.
283 Finalizando os informes, a participação do CFESS na Oficina do MDS, Prontuário

284 SUAS: dia 7/11 Conselheira Raquel, 14/11 Conselheira Marlene e 21/11 Conselheira
285 Sandra; e reunião sobre “Aspectos Interdisciplinares na Política Prisional”, a realizar-
286 se em 24/11, em Brasília, confirmada a participação da assistente social Tania
287 Dahmer com despesas pelo CFESS. Outro informe, aprovado o ingresso do NEPAL
288 na FITS, o CFESS apoiou a indicação. Sobre a Comissão Nacional Eleitoral, a
289 Conselheira **Daniela Castilho** deu os seguintes informes: concluída a eleição no
290 CRESS/DF; eram 1.540 aptos a votar e compareceram 248; as Conselheiras Sandra
291 e Daniela Castilho estiveram presentes à posse; falta encaminhar o relatório final. O
292 processo foi homologado *ad referendum* e o Conselho Pleno referendou a
293 homologação da eleição do CRESS/DF. Quanto ao CRESS/AC, a Conselheira
294 informou que foi realizada a eleição; ficou faltando encaminhar a ata final do processo
295 eleitoral; e que o resultado ficou pendente de homologação. A eleição do CRESS/RN
296 ocorrerá no dia 19 de novembro. A Conselheira **Erlenia** informou a realização do
297 Comitê Nacional da Educação no dia 8 de novembro. No dia 4 de fevereiro, em
298 Brasília, será discutida a cartilha dos comitês estaduais em defesa da educação. Há
299 um débito do encontro nacional de educação de mais de trinta mil reais e estão
300 fazendo uma força tarefa para pagar junto às entidades, o CFESS entrou com dez mil
301 e a maior parte ficou com o ANDES. A força tarefa vai cobrar o apoio dos sindicatos.
302 A Conselheira **Esther**, sobre a eleição no Rio Grande do Norte, prestou informações
303 sobre a visita feita ao CRESS/RN e da reunião com o pessoal da chapa. Trata-se de
304 uma chapa de jovens formados em 2010 e 2011. A assistente social Sâmya esteve
305 presente à reunião, em torno de setenta pessoas presentes, quando foi
306 homenageada. A Conselheira avalia que com essa mobilização o quórum será
307 superado e que vai ter a legitimidade dessa nova gestão do CRESS/RN. A eleição
308 ocorrerá no dia 19 de novembro e a posse será no dia 3 de dezembro, durante o
309 ENPESS. O Conselho prestigiará a posse e será um momento importante de interagir
310 com o CRESS/RN. Informou que o Professor Alfredo Batista publicou o livro
311 “Trabalho, Questão Social e Serviço Social”, que é parte da sua tese, um texto
312 bastante interessante. Trata-se de um colega de trabalho, um companheiro de luta.
313 “Tivemos a oportunidade de ter a publicação de um artigo nesse livro, que é Projetos
314 e Organizações Profissionais, Trabalho Social”. A Conselheira registrou a aprovação
315 da lei que regulamenta a profissão dos assistentes sociais da Argentina, uma luta
316 histórica de muito tempo, um avanço tremendo, unificar o país em termos de uma
317 unidade na lei que regulamenta a profissão. A lei do Uruguai está tramitando também,
318 “esperamos que com essa aprovação da Argentina possamos no ano que vem termos
319 essa notícia do Uruguai”. Para as Comissões Organizadoras de Eventos de 2015 e
320 2016, a Conselheira **Esther** relatou que o Conselheiro Maurílio fez uma composição
321 inicial, e que está sendo trazida agora para discussão do Conselho Pleno. A
322 Conselheira **Bernadette** indagou qual foi o critério usado. A Conselheira **Esther**
323 respondeu que foram dois critérios básicos: comissão e região. A Conselheira **Tânia**
324 propôs, após discussão na Comissão de Ética, que o Seminário Trans ocorra em
325 junho, na primeira quinzena, para não bater com os descentralizados e com outros
326 eventos. A Conselheira **Alessandra** propôs a publicação de uma matéria para os
327 eventos no *site* do CFESS. Após discussão, para **2015**, ficou deliberada a seguinte
328 composição para o 44º Encontro Nacional e 4º Seminário de Comunicação, no Rio de
329 Janeiro, Conselheiros Maurílio, Solange, Daniela Neves, Juliana, Esther, (suplência)
330 Erlenia. Seminário Trans – SP: Conselheiros Daniela Neves, Maurílio, Tânia, Marlene,
331 Solange, (suplência) Bernadette. Encontro Nacional de Seguridade Social – MG:

332 Conselheiras Alessandra, Esther, Valéria, Sandra, Raquel, (suplência) Tânia. Para
333 **2016**, 45º Encontro Nacional e Seminário sobre Sigilo Profissional – MT: Conselheiros
334 Maurílio, Tânia, Hirley, Josi, Sandra, (suplência) Raquel. 15º CBAS – PE:
335 Conselheiros Maurílio, Esther, Josi, Nazarela, Raquel, (suplência) Valéria. Seminário
336 Regiões Fronteiriças – PA: Conselheiras Esther, Daniela Castilho, Hirley, Bernadette,
337 Sandra, (suplência) Juliana. Deliberou-se, ainda, a elaboração de matéria para o site
338 sobre os eventos de 2015, a fim de que os profissionais possam se organizar para a
339 sua participação. A Conselheira **Esther** informou sobre a finalização do processo
340 licitatório da assessoria contábil do CFESS, sendo vencida pelo escritório Ata
341 Contabilidade. Após discussão do Conselho, ficaram as seguintes indicações para os
342 GTs do conjunto: GT Arquivamento e eliminação de documentos Ana Laura Menezes
343 de Santana, Flávio Nery da Nóbrega Júnior, Maria dos Aflitos de Araújo, Lizandra
344 Hoffmann Passamani, Thiago Prisco Silva (T) e Jefferson Pinto Batista (S) CFESS
345 Maurílio/ Daniela Neves/ Nazarela/ Marlene, proposta de reunião: fevereiro de 2015.
346 GT Padronização/ SISCASWEB Regina Roderigues de Sousa, Jacqueline Benedet
347 Martins e Lucia Brunetto (SC - titular), Alberto Moura Terres (RS – suplente), Fábio
348 Rodrigues (conselheiro), Pierre Masato Yokoyama (funcionário), Fabiana Lobo Sá,
349 Dilma Franclin (conselheira) e Vanderlino Carvalho (funcionário). CFESS
350 Esther/Juliana/Solange/Ass. Sylvia Terra/Ass. Cristina, proposta de reunião: 13 e 14
351 de março. GT Trabalho e Formação Rafael Nunes Reis (RO), Janaína Costa
352 Rodrigues (TO), Célia Soares Martins (MA), Estenio Ericson Botelho de Azevedo
353 (CE), Mirian de Souza Leão Albuquerque (DF), Patrícia Souza dos Santos (MS),
354 Fernanda Lopes de Camargo (PR) Rosana Maria Prazeres (SC), Vanessa Bezerra de
355 Souza (RJ), Marcelo Gallo (T) e Sandra Regina Vaz da Silva (S) CFESS
356 Erlênia/Juliana/Josiane/Raquel/Daniela Castilho, proposta de reunião: 30/11/14, em
357 Natal.GT Inadimplência Andréia Santos Cavalcante e Rejane Freire de Carvalho,
358 Patrícia Correa da Silva (PR), Loiva Mara de Oliveira Machado (RS), Kelly Rodrigues
359 Melatti, José Aloísio dos Santos Júnior, Alail Jacinta Barbosa e Elenilva Maria da
360 Costa CFESS Esther /Sandra/Valéria/Nazarela/Tânia, proposta de reunião: 29 e 30 de
361 janeiro. Comissão Gestora do Fundo Nacional de Apoio Josinelma Valadares de
362 Oliveira, Solange Maria Teixeira, Néelson Félix Lima Neto, Ilda Lopes Witiuk, Andréia
363 Maria da Cruz Oliveira Amorim, CFESS Juliana/ Daniela Castilho /Sandra /Valéria
364 proposta de reunião: 31 de janeiro. Comissão Especial Lesly Lidiane Ledezma
365 Abastoflor (conselheira fiscal), Nelson Félix Lima Neto (conselheiro fiscal), Katia
366 Carvalho Figueiredo (conselheira fiscal), reunião em março (colado com o Pleno),
367 CFESS, Ordenadores/as de despesas e Conselho Fiscal. GT para revisão dos
368 instrumentais utilizados pela COFI Eulália Gaião Pereira e Silva, Rosinete Delfino
369 Laurindo, Sandra Maria dos Santos (T), Thaisy Cunha Pessoa (1ª S), Renata
370 Carvalho R. Póvoa (2ª S), Analice Dantas Santos, CFESS Josi, Alessandra, Tânia,
371 Solange. GT para revisão da política de comunicação Lindoneide Lima Paredio, Maria
372 Francenilda Gualberto de Oliveira, Dante Marques Graça (assessor de comunicação),
373 Uilson José Gonçalves Araújo (PR), Roberta Rama de Brito (RS – suplência), Fabio
374 Bremenkamp Cunha (ES), Carlos Felipe Nunes Moreira (RJ), Anelyse Cristina
375 Candido Santos (MT), Gizely Bezerra Couto e Lima, Silvannir Ferreira Jaques da Silva
376 (assessora de Comunicação), CFESS Daniela Neves, Daniela Castilho, Erlênia,
377 Maurílio e assessores de comunicação. GT para elaborar a agenda permanente Maria
378 Helena Cariaga Silva (TO), Ana Beatriz Souza Cyrino (AM), Maria Francelina
379 Gaulberto de Oliveira (AM), Agnaldo Enzel Knevitz (RS), Samantha Roloff (SC),

380 Mauricléia Soares dos Santos (SP - Titular), Matsuel Martins da Silva (SP – Suplente),
381 Camila Costa Valadão (ES), Fernanda Mendes de Oliveira (DF), Francieli Piva
382 Borsato (MS), Heleni Duarte Dantas de Àvila (BA), Dannylo Cavalcante Alves (PI –
383 Titular), Maria do Socorro Dias Gomes (PI – Suplente), CFESS Maurílio, Esther,
384 Alessandra, Josi, Daniela Neves, Sandra, Tania, Erlenia e assessoras especiais. Para
385 o GT Pesquisa – CFESS – ficou para ser definido no Pleno de dezembro. O Conselho
386 Pleno aprovou a renovação do seguro de vida dos conselheiros, fazendo a
387 contratação a partir de três propostas de seguradoras, com valor aproximado de
388 R\$6.000,00/ano. Recursos do CEAD/UnB, Curso Especialização Serviço Social:
389 Direitos Sociais e Competências Profissionais, realizado pelo CFESS/ABEPSS, em
390 convênio com o CEAD/UnB (2009/2010). A Conselheira **Sandra** expôs que existe um
391 saldo e um valor de ressarcimento a ser devolvido ao CFESS. O Conselho deliberou
392 por elaborar ofício ao CEAD, solicitando o agendamento de uma reunião para tratar
393 do assunto, com a participação dos Conselheiros/as Sandra, Maurílio ou Esther,
394 Sylvia e Vilmar. A Conselheira **Esther** expôs que após conversar com o Conselheiro
395 Maurílio e com as assessoras especiais amadureceu a ideia da ampliação do quadro
396 de assessoria especial com mais uma assessora. A Conselheira **Nazarela** disse que
397 havendo o suporte financeiro é bastante cabível e só qualifica, no que foi
398 acompanhada pela Conselheira Tânia. A Conselheira **Juliana** informou que foi
399 repassada a questão para o Assessor Vilmar e ele já fez um estudo e viu que
400 financeiramente o Conselho tem condições de assumir mais uma contratação. A
401 Conselheira **Marlene**, reforçando, relatou que a demanda tem aumentado cada vez
402 mais; que o Conselho está muito mais envolvido hoje com a questão dos conselhos
403 de que faz parte, fóruns e frentes; que é uma demanda de trabalho muito grande;
404 “acho fundamental termos essas pessoas para se dividir, se cotizar e dar conta de
405 toda essa demanda de trabalho que temos hoje”. A Assessora Especial **Cristina**
406 **Abreu** esclareceu que exigiria da assessoria especial uma divisão de tarefas, ver o
407 que é feito hoje e o que se pode agregar; que tal contratação vai dar uma qualidade
408 de trabalho melhor; coisas que a assessora pensa em fazer no CFESS como
409 organizar um memorial, organizar uma biblioteca, abrir mais a entidade. “São coisas
410 que ficam passeando em minha cabeça, mas que, efetivamente, não temos condição
411 atualmente. Pode ser que possamos dar também essa contribuição à entidade”. A
412 Conselheira **Esther** colocou em apreciação o nome da Adriane Dias, diante da
413 possibilidade concreta de seu retorno para Brasília; que viu a oportunidade, a
414 possibilidade e o interesse da Adriane e do Conselho. O Pleno aprovou a contratação
415 por unanimidade. A Conselheira **Esther** leu ofício do CRESS da 8ª Região, Distrito
416 Federal. “Precisamos ver em que momento falaremos sobre esse assunto para ver os
417 procedimentos, as orientações”. Encaminhou para parecer da Assessoria Jurídica.
418 Leu também ofício de solicitação do CRESS/AM de realização de auditoria naquele
419 CRESS em decorrência de fatos identificados, de responsabilidade de gestões
420 anteriores, o que compromete a gestão financeira daquela entidade. A Assessora
421 **Sylvia Terra** esclareceu que a auditoria só se justifica quando se tem elementos que
422 a ensejam. O Conselho deliberou por enviar ofício ao CRESS, acusando recebimento
423 e informando que será agendada visita do CFESS com participação de suas
424 assessorias jurídica e contábil ao CRESS, para analisar a situação e deliberar sobre
425 os procedimentos cabíveis. A Conselheira **Esther** leu, ainda, Ofício CRESS n.
426 225/2014 do CRESS/AM, que encaminha documentação do afastamento da
427 Coordenadora da Seccional de Roraima e sua substituição. O assunto requer

428 orientações em virtude de dúvidas em relação à recomposição, motivo pelo qual o
429 Pleno encaminhou o assunto para análise da Assessoria Jurídica. Dia 15 de
430 novembro (manhã) – Sobre a Reforma Política: A Conselheira **Daniela Neves** abriu o
431 tema, dizendo que o debate é para a construção de uma posição do CFESS em
432 relação à discussão sobre a Reforma Política; que a proposta é que se faça um
433 debate sobre o tema, para que CFESS se posicione sobre o assunto; que se pode
434 começar por duas vertentes, a primeira a proposta histórica no âmbito do Congresso
435 Nacional sobre o debate da Reforma Política, um debate que não é novo, que já vem
436 na pauta do Congresso com várias versões e vários caminhos e, a segunda pauta, a
437 discussão no âmbito dos Movimentos Sociais, que há uma necessidade de
438 construção de um debate para a Reforma Política por meio de uma Assembleia
439 Constituinte; sendo estes dois caminhos absolutamente distintos, para que se chegue
440 na construção da reforma. “Seriam importantes essas apresentações, porque
441 sabemos que o nível do debate pode ser muito diferenciado a partir das nossas
442 leituras, das nossas vivências”. A Conselheira **Tânia** acrescentou que dentro do
443 campo da Reforma Política também há a ilusão daqueles que colocam esse debate
444 numa perspectiva dos partidos, e a outra tendência é que é a reforma dos sistemas,
445 dos poderes e, na verdade, não é uma organização societária, sendo que tem essas
446 matrizes dentro das duas linhas de pensamento. A Assessora Especial **Zenite Boguea**
447 apresentou os principais pontos em debate (sistematização elaborada pela assessoria
448 especial): na busca de algum material sobre a Reforma, a Cristina inicialmente
449 separou algum material, a Conselheira Tânia encaminhou um documento do Moroni
450 sobre a Reforma Política; que se começou a extrair os principais pontos de cada texto
451 com relação à questão da Reforma e os principais pontos polêmicos, sendo essa uma
452 visão mais geral, que, realmente está centrado principalmente na questão do
453 processo eleitoral, sendo que existe esse GT na Câmara e no Senado, onde são
454 discutidos os mesmos pontos; que o grupo de trabalho da Câmara é coordenado pelo
455 Deputado Cândido Vaccarezza, que trabalha com os artigos da Constituição,
456 principalmente nestes pontos: (tornar o voto facultativo, modificar o sistema eleitoral e
457 de coligações, o financiamento das campanhas eleitorais, estabelecer as cláusulas de
458 desempenho para candidatos e partidos, fixar o mínimo de filiação partidária e critério
459 para o registro de estatuto dos partidos e determina as coincidências das eleições
460 municipal, estadual e nacional, a proibição para a reeleição de cargos do poder
461 executivo e mandato e regulamentação das competências da Justiça Eleitoral
462 (discussão sobre a questão do Referendo); que a Câmara já fechou o relatório,
463 existindo três propostas, uma seria o Plebiscito, o Referendo ou a Assembleia
464 Constituinte; que a Assembleia Constituinte foi “puxada” num primeiro momento, no
465 início do Governo da Dilma, que depois recuou; que existe forte pressão do PMDB,
466 que é a maioria, em relação ao projeto da Iniciativa Popular, que defende a
467 Constituinte; que neste ponto tentou-se identificar qual seria a posição de cada partido
468 ou dos segmentos; que em relação ao Referendo, a proposta do PMDB, endossada
469 pelos grandes partidos que defendem o Congresso, é de elaborar e, só depois de
470 aprovar, passar para o Referendo Popular. A primeira proposta era o Plebiscito, onde
471 se faria a consulta e, a partir daí faria a proposta e a Assembleia Constituinte era uma
472 proposta inicial, mas também tem recuo na medida em que os partidos maiores,
473 encapados pelo PMDB, não aprovam ou já tem um recuo, inclusive depois do
474 processo eleitoral, pois no processo eleitoral existe o debate de realmente ir para a
475 questão do Plebiscito; que depois da eleição, com as pressões, houve o recuo; que a

476 questão do financiamento é um dos pontos polêmicos; que atualmente o
477 financiamento das campanhas é misto, ou seja, parte pública, e parte provêm do
478 fundo e de iniciativa privada; que alguns políticos defendem o financiamento
479 exclusivamente público, para evitar a questão dos desvios (existe um debate, bem
480 interessante, que as empresas que financiam as campanhas, são as mesmas que
481 depois são contratadas); e que, portanto, seria para tentar evitar essas estratégias de
482 corrupção; que o PT, as siglas da Esquerda e outros partidos, defendem a campanha,
483 que sejam financiadas exclusivamente pelo público, para reduzir esse poder de
484 influência das empresas, e o PMDB e os grandes partidos mantêm essa proposta. A
485 Conselheira **Tânia** frisou que o debate não é só em relação ao financiamento público,
486 mas, na verdade, é contra o financiamento empresarial. A Assessora **Zenite**,
487 continuando, disse que uma das grandes polêmicas é a questão do financiamento;
488 que com relação às votações majoritárias a proposta elaborada pelos sindicatos e
489 movimentos que defendem as eleições majoritárias para vereador, deputados
490 estaduais e federais em duas etapas, sendo que no primeiro turno o eleitor escolheria
491 o partido e no segundo escolheriam os partidos mais votados; que o PSDB defende o
492 voto distrital misto nas eleições majoritárias; que os estados seriam divididos em
493 distritos eleitorais; que os eleitores teriam dois votos, sendo um para os candidatos ou
494 distrito e outro para o partido; que o PT é contra o voto distrital, pois dificultaria a
495 eleição dos representantes das minorias; que defende que o voto seja em lista de
496 candidatos, pré-ordenada, definida pelos partidos, defende o aumento real da
497 presença das mulheres em todas as instâncias da política nacional; que o PMDB
498 propõe uma mudança mais simples ao defender que só os candidatos mais votados
499 seriam os eleitos; que em virtude da fórmula eleitoral em vigor os candidatos muito
500 bem votados acabam garantindo a eleição e todos os principais partidos, os maiores,
501 concordam em pôr fim às coligações nas eleições majoritárias; que o PSDB defende o
502 fim da reeleição para os cargos executivos, e para essa proposta exige alteração
503 constitucional; que esses são os dois projetos que estão tramitando e são os
504 principais pontos de debate no Senado e na Câmara; que com a proposta de
505 modificação do sistema eleitoral através do voto proporcional na lista fechada os
506 eleitores passariam a votar apenas no partido ou na coligação; que o voto
507 proporcional de lista conhecida, seria a combinação do voto da lista fechada com a
508 lista aberta, sendo que cada partido ou coligação elaboraria sua própria lista,
509 semelhante à lista fechada; que acordo com lista aberta, cada eleitor, se quisesse,
510 poderia escolher seu próprio candidato; que em relação ao voto distrital seriam
511 criados distritos uninominais em substituição do voto proporcional, havendo um único
512 vencedor por região; que como exemplo desse sistema, podemos supor a eleição
513 para a Câmara do Estado de São Paulo, ao invés de todos os candidatos
514 concorrerem no estado inteiro, com 70 vencedores, o território paulista seria dividido
515 em 70 distritos, onde cada candidato concorreria em apenas um distrito e cada distrito
516 elegeria apenas um deputado; que esse é o chamado sistema majoritário uninominal;
517 que temos ainda a proposta do voto distrital misto, que é a combinação do voto
518 distrital com o proporcional, onde parte dos deputados ou vereadores seriam eleitos
519 em distritos e parte deles seriam eleitos em votos proporcionais; que tem o voto único
520 intransferível, também chamado de “distritão”, em que cada um dos eleitores votaria
521 apenas em um dos candidatos e o voto partidário deixaria de existir e os candidatos
522 mais votados seriam eleitos; que também está em debate a suplência do senador,
523 pois hoje cada senador tem o direito de escolher seus suplentes e, se houver

524 renúncia ou licença desse senador seus respectivos suplentes seriam seus
525 sucessores; que este é um debate que tem como base o voto dos eleitores, existindo
526 a proposta de convocar novas eleições para os substitutos, escolher o candidato ao
527 Senado, que não o mais bem votado na eleição anterior; que na verdade debate-se
528 que os suplentes também entrem no processo de eleição; que há o projeto da
529 iniciativa popular, que é aquele da coalizão pela reforma política democrática e
530 eleições limpas; que ele trabalha com dois grandes eixos, que seria ampliar as
531 possibilidades de a democracia direta enfrentar as distorções do sistema eleitoral e
532 incidir sobre as eleições que regulamenta o artigo 14 da Constituição; que ele ainda
533 traz como principais pontos a proibição de financiamento de campanha por empresas
534 e adoção de financiamento democrático de campanha; eleições proporcionais em dois
535 turnos; paridade de gênero; fortalecimento dos mecanismos da democracia direta
536 com a participação da sociedade em decisões nacionais importantes; que esse
537 material tem vindo para o CFESS acompanhado de um ofício convidando a participar
538 dos debates; que tem a proposta de convocação dos plebiscito ou referendos e
539 estabelecimento de formas democráticas diretas via internet, onde os eleitores
540 poderão aderir eletronicamente a novos projetos de lei de iniciativa popular. A
541 Assessora Especial **Cristina Abreu** completou dizendo que essas sistematizações
542 estão centradas nas propostas que estão no Congresso em discussão há alguns anos
543 sobre a matéria da reforma política; a Conselheira **Tânia** chamou atenção de que, na
544 verdade, é uma discussão sobre uma reforma do sistema político, que não centra só
545 na discussão das eleições eleitoral de modelos de escolha de representação, mas se
546 trata de um aspecto mais amplo, que é a própria discussão da organização política,
547 sendo que isso impacta necessariamente numa reforma constituinte; que os grandes
548 agitadores dessa proposta na “Esquerda” são movimentos e partidos vinculados a um
549 grupo que tem muita relação com o PT, com a consulta popular, alguns segmentos do
550 próprio PSOL também; e que, portanto, já tem um envolvimento orgânico há pelo
551 menos dois anos sobre isso. Observou que na primeira eleição do Lula, havia um
552 Movimento, quando saiu aquela carta ao povo brasileiro, que o Lula assume
553 determinados compromissos, em um deles já estava a questão da reforma política,
554 mas já apontava para esse modelo de reforma política, o que foi um balde d’água
555 para toda a coligação que estava com ele. Lembrou também que no segundo turno
556 hegemonicamente todos os segmentos da esquerda, desde os maiores aos menores,
557 apoiaram e votaram naquele momento; que com a carta ao povo brasileiro, do recuo,
558 e o fato que o PT assume junto aos setores da burguesia brasileira de não avançar
559 em alguns pontos, especialmente em relação à expectativa que havia no sentido de
560 fazer uma reforma constituinte, que incluía esse ponto; que naquele momento há uma
561 mudança e que se traduz nestes doze anos em que se seguem os recuos, os pactos
562 e as alianças que o PT constrói no governo também nesse ponto; que em relação à
563 chamada governabilidade, também é muito clara a situação que o PT vive hoje, sendo
564 refém de todos os partidos com os quais faz coligação, especialmente o PMDB; que
565 essa situação não coloca nenhuma potencialidade para um debate, mesmo tendo
566 vindo inicialmente a proposta do PT para a reforma política e especialmente da
567 assembleia constituinte, que foi isso que o PT no primeiro momento propôs, não
568 coloca nenhuma força real, para que possa enfrentar e debater isso; que o próprio
569 PMDB junto com o PSDB têm propostas absolutamente distintas e eles não tem
570 interesse em fazer um debate popular sobre esse tema; que predomina na pauta
571 dessa grande coligação que inclui o PMDB e o PSDB a discussão da reforma

572 centrada apenas nessa questão dos procedimentos e da forma, onde a proposta final
573 será encaminhada para um referendo, se está de acordo ou não com aquela
574 proposta. E elementos fundamentais, que tem a ver com uma constituinte, que é a
575 proposta da Consulta Popular, é chamada de Consulta de uma Constituinte exclusiva
576 do sistema político, onde se propõe não só uma revisão no âmbito da constituinte,
577 mas de vários aspectos que possam dar eixo a uma nova organização política no país
578 e para construir um novo poder, com uma correlação de forças diferenciadas. A
579 Conselheira **Esther** disse não entender o que seria, de fato, essa reforma do sistema,
580 que envolve vários atos da sociedade e seria o vedamento da sociedade. “E
581 fundamental entender o diferencial, o que se coloca hoje como reforma do sistema e o
582 que se coloca a partir da reforma dos partidos, pois aqui tudo está voltado para os
583 partidos: a organização do processo eleitoral, como será o partido, como ele se
584 relacionará num processo eleitoral com a sociedade. O Assessor Jurídico **Vitor**
585 **Alencar** disse que desde o início existe o primeiro embate, que é a dimensão da
586 reforma; que há segmentos que aceitam a reforma, desde que seja única e
587 exclusivamente eleitoral, o que interessa para a maior parte dos partidos, se será
588 proporcional ou distrital, se haverá suplente para senador ou não, se terá reeleição
589 etc.; que há alguns movimentos da sociedade que tem encampado, inclusive,
590 propostas de iniciativa popular, propostas que tentam dar um aspecto mais
591 democrático ao debate e que tem definido que se faça uma reforma do sistema
592 político, que mexa nos parâmetros institucionais do estado brasileiro, para debater
593 assuntos mais amplos, como, por exemplo, eleição do ministro do Supremo; questões
594 mais amplas que refutam o Estado brasileiro; que a primeira questão que precisa
595 estar clara é a amplitude do debate em torno do processo político; que é muito pouco
596 provável que se avance para além de pequenos retoques cosméticos no âmbito do
597 processo eleitoral, mas não custa tensionar no sentido de que pelo menos se debata
598 o Estado na sua amplitude. A Conselheira **Daniela Castilho** disse que existe um
599 rebaixamento em relação ao debate do plebiscito, debate surgido logo após a posse
600 do Governo Lula, pelo PCB, por volta de 2003/2004; que a proposta do plebiscito era
601 discutir toda a Constituição, não era só a reforma política; que hoje esse debate se
602 configura como uma alteração somente quanto à reforma política e especialmente na
603 questão eleitoral; que o PCB é contra esse processo de reforma política, já que se
604 quer trabalhar limitadamente a questão das eleições; que o objetivo do plebiscito
605 iniciado pelo PCB era abalar um pouco as estruturas políticas, econômicas e sociais,
606 sendo também um elemento estratégico de mobilização popular, criando uma
607 correlação de força que pudesse acumular para outros processos de participação
608 popular e uma radicalização democrática; que o PCB acreditava num protagonismo
609 popular que pudesse dar força e aglutinar para outras mudanças no sistema; que
610 após esse início de debate o PT aparece no cenário, remodelando esse debate para
611 uma reforma política; que acredita que isso possa criar correlação de força favorável
612 para um protagonismo popular, mas reduz a proposta a uma questão meramente
613 eleitoral; que hoje não corrobora com essa proposta rebaixada de proposta; que é
614 importante compreender qual é a posição das esquerdas, tendo assim um parâmetro
615 para a tomada de decisão. A Conselheira **Esther** fez as seguintes considerações:
616 para chegar a uma decisão é preciso pensar em forma e conteúdo juntos; que o
617 processo eleitoral no Brasil é problemático, 32 partidos, hoje 11 candidatos à
618 presidência da República, uma fragmentação da esquerda, uma pulverização de
619 partidos; que uma reforma política mais ampla pressupõe-se fazer um debate da

620 relação dos Poderes no Estado brasileiro, Executivo, Legislativo e Judiciário, embora
621 não se saiba ainda como se fazer uma intervenção popular na estrutura do Judiciário;
622 que a forma do sistema eleitoral no Brasil cria essa coisa complicada de que as
623 alianças e coligações são em função de como se fazer essa governabilidade.
624 Ressaltou o processo das listas, a lista fechada ou aberta. “Hoje não temos a
625 experiência da votação nas listas. Aqui não temos famílias partidárias. Temos hoje
626 dois projetos societários em disputa, o que fragmenta a idealização política eleitoral.
627 O sistema eleitoral personaliza a política na figura do candidato, não existindo mais a
628 vinculação a partir da composição da forma do processo eleitoral para identificar
629 projetos societários que estão em disputa”. Disse que, no caso das listas, existe uma
630 defesa, inclusive do processo eleitoral no formato de listas, que seria justamente a
631 possibilidade de poder ter grupos políticos organizados, ou seja, os movimentos ou
632 partidos são vinculados a um projeto societário distinto; que, com isso, cria-se a
633 necessidade de se construir uma frente de esquerda, que fosse como uma frente
634 ampla, como estamos vivendo essa experiência em outros países, como o Uruguai,
635 por exemplo, onde se possa organizar todos os grupos políticos que se contrapõem
636 ao conservadorismo, que é hegemônico; que essa possibilidade de organização
637 política, garantindo autonomia de organização partidária ou de movimentos políticos,
638 daria a possibilidade de se organizar listas; que a estruturação já é prévia à
639 apresentação desses candidatos à população, sendo isso mais fácil, tanto para o
640 Executivo, quanto para o Legislativo; que quando se vota na lista se vota ao mesmo
641 tempo no Legislativo e no Executivo, sendo aquela composição que já foi estruturada;
642 que a estrutura do parlamento corresponderá à estrutura do Executivo,
643 descaracterizando assim a manipulação em termo de negociação, para que o
644 parlamento corresponda; que no Estado brasileiro o Executivo é o fator preponderante
645 da política; que existe hoje uma descompensação entre os poderes Executivo,
646 Legislativo e Judiciário. A Conselheira **Erlenia** fez as seguintes considerações: que foi
647 muito bom as colegas situarem o Conselho do ponto de vista histórico, pois é
648 interessante se retormar isso como bandeira também do campo da esquerda, que foi
649 sendo diversificada à medida do controle do governo frente a isso; que é importante
650 tomá-lo como necessária, porém, ao mesmo tempo, ter cuidado com a visão que
651 também os partidos de esquerda ou os movimentos populares devem jogar nisso; que
652 o PSTU chama até que ponto isso também não é distração para o que de fato é o
653 campo da luta nas ruas, a depender do nível de prioridade que o campo popular mais
654 radical pode estar dando a isso. Disse que quando pensa em posicionamento do
655 CFESS, pensa, em primeiro lugar, em situar a categoria desses elementos históricos,
656 identificando a sua origem, colocar os próprios limites dessa reforma, inclusive do
657 ponto de vista dessa conjuntura que temos hoje de um parlamento ainda mais
658 conservador, ampliar também o debate do que é essa discussão da democracia e até
659 onde a população também pode definir sobre a política econômica, sobre as questões
660 da saúde, sobre as questões da educação. Disse, ainda, que existem alguns
661 elementos fundamentais para discutir, como o tempo de TV dos partidos, como a
662 questão do financiamento público, a questão salarial dos parlamentares e a forma
663 como eles têm total autonomia para definir isso, o próprio fato de o voto ser
664 obrigatório, os mandatos, como podem ser revogados à medida em que se observa
665 que os parlamentares não estão cumprindo o que prometeram; que temos de ter os
666 pés no chão, é um debate necessário, tem elemento histórico, mas, para além
667 também dessa posição do CFESS, deve-se cobrar dos partidos da esquerda uma

668 unidade nessa defesa, que daria condições para debater sobre as propostas a serem
669 feitas e qual seria o limite disso, aliando assim com a luta política da rua. “É isso que
670 o CFESS deve indicar. O que me preocupa é institucionalizar muito a luta política,
671 embora saibamos que este é um debate necessário, é tornar essa luta política muito
672 oficial. Diante de tudo que nos foi apresentado, precisamos situar alguns limites e
673 dizer a importância de ampliarmos esse debate da democracia”. A Conselheira
674 **Daniela Neves** disse que a discussão deve ser situada no âmbito do que é uma
675 reforma; que reformas dentro de um sistema capitalista tem um impacto
676 absolutamente reduzido a partir da mobilização popular, que venha a ter na sua base;
677 que pode ter um impacto maior ou menor, mas é uma reforma que pode, no máximo,
678 como a Esther chamou de “forma e conteúdo”. Disse que podemos e devemos
679 melhorar a forma e os conteúdos no âmbito dessa reforma ou no âmbito da
680 organização política, principalmente nos pontos apontados pela Erlenia; que são
681 várias questões que incomodam e que alteram substantivamente a correlação de
682 forças no âmbito das representações e da dinâmica de decisões no País; que se deve
683 ter como referência explicitar claramente o que defender ou não, uma ação política
684 que colabore com a luta no âmbito da reforma política, com um projeto mais popular
685 de participação; que a tendência seria necessariamente defender o caminho que
686 prevê a assembleia constituinte, com itens possivelmente mais alargados,
687 especialmente no debate da reforma política; “que não podemos superestimar e
688 valorizar isso; que devemos participar na medida do que for demandado, colocando
689 as nossas posições”. Observou que há um deslocamento da força política e da
690 participação da mobilização, o que são as lutas para uma pauta que é muito
691 estratégica do próprio PT. “Eles constroem a partir das jornadas de junho e julho,
692 onde dizem que naquele momento, o governo dá uma resposta e a resposta é o
693 plebiscito popular, para acolher aquelas vozes que estão ali muito difusas, sendo que
694 o segundo passo do plebiscito é o Congresso, a mídia ignora, os movimentos como a
695 CUT e vários outros órgãos constroem a consulta popular para reivindicar o plebiscito
696 e constroem os comitês, as mobilizações. Nossa atenção deve ser voltada para essa
697 centralização das estratégias de mobilização, como se a nossa forma de construir
698 uma alternativa de poder popular ou de mobilização, com melhorias substantivas, seja
699 nas questões sociais ou em outros aspectos” Concordando com o Assessor Vitor,
700 disse que se houver qualquer “cheiro” de referendo, de consulta que inclua o povo
701 nesses aspectos, vai ser absolutamente igual ao desarmamento. “É uma estratégia
702 que temos que saber exatamente o impacto, o que não nos autoriza fugir desse
703 debate e nem construir posicionamentos. Não devemos fugir dessa luta, mas
704 devemos construir a nossa estratégia balizada nas suas próprias potencialidades”. A
705 Conselheira **Juliana** disse que essas são as principais preocupações e críticas, a
706 forma como esse processo vem sendo conduzido, especialmente neste movimento
707 que vem convidar o CFESS com bastante frequência para as reuniões. “Creio que
708 temos condições até de construir um novo método CFESS, colocando as nossas
709 reflexões, questionando uma posição da esquerda. Temos condições de fazer um
710 bom documento sobre isso, nessa perspectiva de uma coisa mais ampla em relação
711 às nossas ideias para este debate. Tenho muitas dúvidas se essa posição que
712 trazemos terá eco com aqueles interlocutores que estão dentro da coalizão. Creio que
713 seja importante pensarmos sobre esse assunto, pois não tem como sabermos quais
714 são os movimentos fortes dentro desse movimento. Temos que nos questionar se a
715 ocupação desse espaço seja uma estratégia ou não interessante neste momento”. A

716 Conselheira **Solange** disse que uma questão que suscitou vários questionamentos
717 seria saber quais são os outros políticos que estão neste debate com a esquerda.
718 “Precisamos entender e saber quais as entidades que apoiam esse debate”. A
719 Conselheira **Juliana** leu a lista, dizendo que a Rede de Coalizão pela Reforma
720 Política Democrática e Eleições Limpas é formada por 103 Entidades. A Conselheira
721 **Marlene** indagou qual é a proposta dessa coalizão, o que estão propondo. A
722 Conselheira **Tânia** sustentou que o Conselho precisa tomar qualquer decisão hoje,
723 visto que existe um movimento da sociedade, ter um argumento muito consistente
724 para dizer por que estar ou não apoiando, pois o CFESS está sendo cobrado.
725 Lembrou que na gestão anterior da Ivanete o CFESS fazia parte do INESC, que é o
726 movimento que está à frente da discussão da reforma política e que o CFESS já
727 estava nessa discussão previamente. Sobre a Coalizão, a Assessora **Cristina Abreu**
728 esclareceu que ao acessar o site desse movimento, identificou-se que o CFESS está
729 incluído dentre as entidades que compõem o movimento; que o conjunto das
730 entidades participantes é bastante heterogêneo; que fazem parte desse coletivo
731 entidades com as quais o CFESS não tem qualquer afinidade política e tem até
732 discordâncias fundamentais; que se recorda que, em fevereiro deste ano, o CFESS
733 recebeu convite para participar de uma reunião desse movimento, mas por
734 impossibilidade de agenda não participou; que em resposta ao convite o CFESS
735 solicitou envio dos desdobramentos da reunião para acompanhamento; que a partir
736 de então o CFESS passou a ser convidado para algumas reuniões realizadas pelo
737 movimento, mas não participou de nenhuma. A Conselheira **Juliana** demonstrou sua
738 preocupação pelo fato de o CFESS constar como integrante desse movimento. A
739 Conselheira **Nazarela** fez reflexões acerca da presença do CFESS em espaços de
740 articulação políticas. Depois de ampla discussão sobre o assunto, o **Conselho Pleno**
741 deliberou por levantar nos e-mails, resgatando mensagens recebidas e
742 posicionamento anterior do CFESS em relação ao movimento; sistematizar e retomar
743 a discussão no próximo Pleno (dezembro); que posteriormente deve-se definir quanto
744 à participação do CFESS nessa discussão, sendo formado GT para aprofundamento
745 do debate, para acumular elementos, para um posicionamento do CFESS em relação
746 à temática: Daniela Castilho, Erlenia, Daniela Neves, Sandra e Tânia. Assuntos
747 Jurídicos. O Assessor Jurídico **Vitor Alencar** abriu o tema dizendo há algum tempo o
748 Pleno deliberou que os membros da Comissão de Licitação do CFESS passarão a ter
749 direito a uma gratificação pelo exercício dessa função e que essa minuta de resolução
750 é única e exclusivamente para operacionalizar essa decisão. O Assessor leu a
751 Manifestação Jurídica n. 58/14-V. Acrescentou que as duas alterações são o reparo
752 nessa questão do cargo do assistente em tesouraria e estabelecer a gratificação no
753 valor de R\$500,00 (quinhentos reais), definido pela comissão administrativo-
754 financeira, com base em consultas feitas em outros órgãos públicos, entendendo que
755 isso se dá tão-somente no exercício dessa função; que já existe uma portaria que
756 nomeia os membros da Comissão da Licitação e simplesmente eles passarão a fazer
757 jus a essa remuneração. Acrescentou que essa é uma prática absolutamente
758 recorrente no âmbito da administração pública no Brasil. A Conselheira **Esther**
759 indagou sobre a vigência, sobre quando passariam a vigorar as mudanças. O
760 Assessor **Vitor Alencar** registrou que vai alterar o artigo 3º, ressaltando que a
761 resolução entra em vigor, com seus regulares efeitos, na data da sua publicação,
762 fazendo jus aos trabalhadores, a percepção de gratificação a partir desta data; que
763 não é preciso fazer portaria, porque já estão nomeados como membros da Comissão

764 de Licitação; que em julho do ano que vem haverá uma nova recomposição; que a
765 gratificação não está vinculada à nomeação, mas ao exercício da função; que a
766 redação ficará: “Essa Resolução passa surtir seus regulares efeitos e direitos na data
767 da sua publicação no Diário Oficial da União, fazendo jus aos trabalhadores a
768 percepção da gratificação a partir dessa data”. Minuta de Resolução: Altera a
769 Resolução CFESS 510/2007, criando gratificação para os integrantes da Comissão
770 Permanente de Licitação no âmbito do Plano de Cargos, Carreiras e Remuneração
771 dos Funcionários do Conselho Federal de Serviço Social. O Pleno deliberou por
772 acatar a manifestação e aprovar a minuta de resolução, publicar resolução no DOU,
773 proceder ao devido pagamento dos componentes da comissão, a vigorar a partir da
774 publicação. Membros atuais da Comissão de Licitação: Sandra, Gleyton e Rafael. O
775 Assessor Jurídico passou a ler a Manifestação Jurídica n. 60/14, que trata de
776 orientações para a composição de comissões de licitação no âmbito do Conjunto
777 CFESS/CRESS. Concluiu, dizendo essas onze orientações foram as que achou
778 pertinentes destacar, sendo todas baseadas no que diz a lei, tanto a lei de licitações
779 quanto a do pregão, para que fique mais claro, inclusive, tentando responder a
780 perguntas frequentes que têm chegado no CFESS. A Conselheira **Esther** ressaltou a
781 importância dessa orientação para todos os CRESS, em relação aos recorrentes
782 questionamentos. A Assessora **Sylvia Terra** sugeriu acrescentar no item que fala da
783 composição da comissão de licitação que é possível por um servidor designado,
784 considerando ter sido objeto de muitas controvérsias no âmbito do encontro de
785 assessores jurídicos. O **Conselho Pleno** acatou a manifestação e deliberou por
786 encaminhar aos CRESS para conhecimento. O Assessor Jurídico **Vitor Alencar**
787 passou a ler a Manifestação Jurídica n. 42/2014-V e a apresentação da minuta de
788 resolução, normatizando o recadastramento nacional dos/as assistentes sociais, a
789 substituição das atuais carteiras e cédulas de identidade profissional e pesquisa sobre
790 o perfil do/da assistente social e realidade do exercício profissional no país. A
791 Assessora **Sylvia Terra** sugeriu que a resolução fosse dividida em capítulos, do
792 recadastramento, para dar uma divisão melhor nas questões, pois poderia facilitar,
793 inclusive, o entendimento. Em relação ao cadastramento, disse que tem suas dúvidas,
794 primeiro, se há o estabelecimento de que o recadastramento é obrigatório, terá que se
795 prever uma sanção. Segundo, tem que fundamentar por que o recadastramento é
796 obrigatório, pois pode haver questionamento. Acrescentou que não consta na
797 resolução no que consiste o recadastramento (na validação dos dados constantes dos
798 arquivos do CFESS, do nome, da situação civil do Assistente Social, da data do
799 nascimento), tem de constar tudo o que significa; que o recadastramento tem de ser
800 obrigatório em decorrência de uma atribuição legal do CFESS; que também não viu
801 quais os objetivos e o objeto desse recadastramento; que tem que informar no que
802 consiste esse recadastramento; que tem que ser pensada também a penalidade, em
803 vista da hipótese de não se cumprir as normas; e que onde fala que o assistente
804 social tem total responsabilidade sobre as informações, ela acrescentaria a palavra
805 “veracidade”, pois ele também tem que ser responsável sobre a veracidade das
806 informações cadastrais prestadas. Foram apresentadas e debatidas várias
807 considerações, visando o aperfeiçoamento da normativa. Debateu-se sobre a
808 pertinência de estabelecimento de prazo para a substituição das atuais carteiras
809 profissionais considerando que a substituição não é obrigatória. Relembrou-se a
810 discussão ocorrida no Encontro Nacional, que concluiu pela definição do prazo
811 (2019). Diante da compreensão e esclarecimento por parte da assessoria jurídica de

812 que é possível o convívio de dois documentos de identificação profissional (o novo e o
813 antigo), considerando que aprovou-se que a substituição das cédulas é facultativa, o
814 **Conselho Pleno** do CFESS deliberou por colocar na resolução o prazo de 31 de
815 dezembro de 2019 como recomendação e não como obrigatoriedade na substituição
816 das cédulas e carteiras de identidade profissional, não decorrendo obrigatoriedade
817 depois deste tempo, nem penalidades para o/a profissional que não proceder à
818 substituição. Considerou-se que a resolução necessita de complementação no que se
819 refere à inclusão do conceito do recadastramento e dos objetivos; as sanções no caso
820 de não realização do recadastramento; reelaborar o art. 6º e apresentar o texto final
821 para apreciação no Pleno de dezembro/14. A Conselheira **Esther** comunicou ao
822 Conselho o período de férias dos funcionários do CFESS, acordado com as
823 assessorias e com os funcionários: Ana Cristina: 8/12/14 a 6/1/15, Sandra: 17/11 a
824 5/12, Antônio: 12 a 16 de janeiro/15, Jarbas: 4 a 13/2/15 e 1º a 20/7/15, Ana Cláudia:
825 5 a 14 /1/15 e 13 a 31/ 7/15, Gleyton: 5 a 19/12/14, Maurício: 5 a 19/12/14, Sylvia:
826 21/10 a 3/11/14 e 26/11 a 3/12/14, Rafael: 17 a 26/11/14, Diogo: 5 a 14/1/14; quanto
827 ao recesso de final de ano, 24 e 26/12 e 31/12 e 2/1/15 – ponto facultativo; definidos 2
828 períodos de recesso de final de ano: de 22 a 26/12 e 29/12 a 2/1/15; no período do 1º
829 recesso, terão folgas: Graça, Vitor, Maurício, Gleyton e Diogo; no 2º recesso, terão
830 folgas: Sandra, Wilson, Ana Cláudia, Jarbas, Ester, Rafael e Zenite; em comum
831 acordo com direção do CFESS, Antônio fará o recesso dias 01 e 02/12 e trabalhará
832 na 1ª semana no qual teria direito ao respectivo recesso, dias 22 e 23/12.

833 Dia 15 de novembro (tarde) – Assuntos Jurídicos. A Assessora Jurídica **Sylvia Terra**
834 passou a ler os pareceres jurídicos, começando pelo n. 40/2014, Recurso
835 Administrativo contrapondo-se ao silêncio administrativo do CRESS da 8ª Região em
836 deliberar sobre o pedido de providências apresentado perante a entidade. Não
837 havendo manifestação do plenário, o parecer foi acatado, com a providência de
838 encaminhar cópia ao CRESS 8ª/DF para cumprimento e ao recorrente para
839 conhecimento. A Assessora passou a ler o Parecer Jurídico nº 16/2014,
840 Desaforamento de denúncia ética protocolizada perante o CRESS – Arguição de
841 Impedimento do CRESS da 7ª Região, processar e julgar a denúncia. Será apreciado
842 no Pleno de dezembro. Passou ao Parecer Jurídico n. 41/2014, Devolução, pelo
843 CRESS da 7ª Região, de denúncia ética desaforada por determinação do CFESS,
844 para seu processamento/Arguição de incompetência para cumprimento da atribuição
845 definida pelo CFESS/Inadequação do procedimento adotado pelo CRESS 7ª. Região.
846 A Conselheira **Esther** ficou preocupada com os prazos. Verificou que no dia 6 de
847 novembro encaminhou ofício para a conselheira do CFESS Lílian: “Prezada
848 conselheira, considerando o fim do prazo de três meses de afastamento do seu
849 mandato, como conselheira do CFESS, encaminhado em dia 22 de julho de 2014,
850 solicitamos manifestação quanto à prorrogação do seu afastamento, cuja
851 possibilidade é prevista no artigo 43 do Estatuto do CFESS. Solicitamos urgência na
852 sua manifestação, uma vez que o prazo do seu afastamento já se exauriu, sendo
853 necessária a regularização retroativa na hipótese de prorrogação”. A Conselheira
854 Lílian respondeu no dia 22 de outubro: “Ao Sr. Maurílio Castro de Matos, presidente
855 do Conselho Federal do Serviço Social, receba meus cordiais cumprimentos e
856 aproveito para responder ao ofício 660/2014 do CFESS, que trata do meu
857 licenciamento. Segue abaixo: considerando que ainda não se finalizou o processo de
858 reconhecimento que estou como coordenadora na cidade de Manaus, considerando
859 que o tempo de licenciamento solicitado de três meses se exauriu em 22 de outubro

860 do ano corrente, considerando que o conformativo 43 do CFESS pode haver
861 prorrogação no período de licenciamento do conselheiro, solicito prorrogação do meu
862 afastamento das atividades como conselheira suplente do Conselho Federal de
863 Serviço Social por um período de seis meses, a contar da data de emissão deste
864 documento. Me despeço agradecendo a atenção e compreensão dispensadas e
865 desejando a vossa senhoria e demais conselheiras muito êxito na gestão. Fico no
866 aguardo da vossa posição e devidos trâmites de comunicação sobre a prorrogação do
867 afastamento.” A Conselheira leu o que diz o Estatuto, em seu art. 83: “O conselheiro
868 que estiver provisoriamente impossibilitado de exercer o cargo deverá requerer
869 licença por escrito pelo prazo máximo de 120 dias, prorrogável pelo Conselho Pleno,
870 não podendo ultrapassar 30 dias, sendo permitidas até duas licenças no decorrer do
871 mandato.” A Assessora **Sylvia** disse que poderia responder dizendo que nos termos
872 do artigo 43, com a discussão do Conselho Pleno, o CFESS concede mais 90 dias,
873 para não ultrapassar o prazo previsto. Encaminhou-se por acatar o parecer e
874 encaminhar cópia à Conselheira Lilian da Silva Gomes Melo e ao CRESS/7ª/RJ. O
875 Pleno encaminhou, também, por enviar ofício à conselheira, concedendo o seu
876 afastamento por mais 60 dias, respaldado no art. 43 da Resolução CFESS n.
877 660/2013. A Assessora Jurídica deixou os pedidos de desaforamento para serem
878 apreciados amanhã, 16/11, domingo. CFESS na Estrada/2015. A Conselheira **Esther**
879 deu início ao ponto de pauta, falando da ampliação do número de CFESS na Estrada
880 em 2015, tendo em vista o número de acompanhamentos dos CRESS; que segundo
881 a avaliação do Conselheiro Maurílio e também das conselheiras que foram no CFESS
882 na Estrada de Rondônia a visita foi positiva; que, diante disso, o conselheiro propôs
883 fazer um número maior de CFESS na Estrada, dividindo a equipe, dividindo
884 assessoria jurídica (dois assessores jurídicos), presidência, tesouraria e conselho
885 fiscal; que há um compromisso de fazer um projeto do projeto CFESS na Estrada, já
886 existe uma comissão definida, já se tem as grandes frentes desse projeto de um
887 acompanhamento bem rigoroso, sistemático e fundamentado daqueles CRESS que
888 estão iniciando gestão e os que estão historicamente já têm recebido as visitas do
889 CFESS. A Assessora **Sylvia Terra** fez as seguintes considerações: que acha a
890 proposta muito boa; que ela sozinha não daria conta da demanda; que o projeto é
891 fundamental para o CFESS; que há um desejo muito grande dos CRESS em relação
892 à visita do CFESS em todas as dimensões, política, administrativa, jurídica e contábil;
893 que seria fundamental o Assessor Vitor compartilhar e dividir as tarefas. A Assessora
894 sugeriu elaborar um projeto, sistematizando os objetivos e rotinas do trabalho. A
895 Conselheira **Juliana** disse que o CFESS na Estrada é um momento único, onde se
896 consegue mesmo ter uma aproximação maior, mais concreta com os regionais; que,
897 talvez, nas primeiras visitas os assessores jurídicos iriam juntos, até para o Vitor ir se
898 inteirando, e depois, dependendo da demanda, ir um ou outro assessor jurídico. O
899 Assessor Jurídico **Vitor Alencar** disse que já teve a primeira experiência, Rondônia,
900 que foi muito positiva e que continua à disposição para contribuir neste processo. A
901 Conselheira **Erlenia** sugeriu que, durante as visitas, deve ser programado junto com o
902 CRESS um momento aberto à categoria (palestras, debates etc.) A Conselheira
903 **Nazarela** falou da sua experiência na visita ao CRESS/RO, dizendo que essa
904 demanda pode vir do próprio CRESS, como os conselheiros podem sugerir alguns
905 aspectos, alguns temas, alguns debates, algumas questões que mereçam ser
906 discutidas, mais aprofundadas em relação àquele conselho. A Conselheira Juliana
907 alegou que o critério adotado para a indicação dos CRESS a serem visitados

908 considerou a constatação de dificuldades no âmbito administrativo-financeiro,
909 dificuldades quanto aos procedimentos relativos aos processos éticos, CRESS criado
910 recentemente (AC), em seguida, DF, RN, ES, AM, PE e MS. Após discussão, ficou
911 agendada a visita do CRESS/DF para 12 e 13 de janeiro de 2015 (a confirmar com o
912 Conselheiro Maurílio). As demais visitas serão definidas no Pleno de dezembro: AC,
913 AM, RN, PE, MS e ES. Será avaliada também a inclusão do CRESS/RS a pedido da
914 Conselheira Bernadette. Passou-se às deliberações das Comissões, começando pela
915 **Seguridade Social**. A Conselheira **Alessandra** discorreu sobre o Seminário Nacional
916 de Serviço Social na Previdência Social: 70 anos no INSS; que as inscrições foram
917 abertas pelo site do CFESS em 11 de novembro, com 400 vagas; que foram abertas
918 vagas para estudantes (já esgotadas), vagas para assistentes sociais de outras áreas
919 e assistentes sociais do INSS; que haverá uma homenagem coletiva às/aos
920 assistentes sociais que construíram o Serviço Social nos seus 70 anos de existência
921 na Previdência Social; que no momento já conta com 352 inscrições; que foram
922 reservadas duas vagas para cada CRESS, independentemente das vagas disponíveis
923 no site; que deve ser intensificada a divulgação, principalmente no âmbito do INSS;
924 que a FENASPS informou que houve o compromisso da direção do INSS em
925 liberação do registro de ponto no dia 29/11, para possibilitar o deslocamento de
926 participantes. A Conselheira **Sandra** sugeriu que se pensasse numa margem maior
927 de inscrição, levantando a possibilidade de abrir umas 50 vagas a mais para os outros
928 profissionais. Ficou deliberado de que haverá reunião do CFESS com os palestrantes
929 no dia 28/11 à noite. A Conselheira **Alessandra** então passou a alguns informes da
930 Comissão de Seguridade: que o CFESS assume a Coordenação Executiva do Fórum
931 dos Trabalhadores do SUAS a partir de janeiro de 2015, por um ano; que pensando
932 na importância que tem esse fórum, principalmente com representações dos CRESS;
933 que foi feita uma avaliação sobre os CRESS que neste momento têm condições
934 políticas, financeiras, organizativas de estar no FNT/SUAS, já existem conversas para
935 fomentar a participação desses CRESS; que foi enviado ofício esta semana tentando
936 mapear como está essa participação, como estão os fóruns estaduais. Sobre o
937 CONAD, a Conselheira informou que há consulta pública aberta acerca da
938 regulamentação das comunidades terapêuticas de 7/11 a 7/12 e que haverá audiência
939 no dia 3/12; que o CFESS não participará por impossibilidade de agenda; que o
940 CFESS construirá um documento sobre a posição da regulamentação das
941 comunidades terapêuticas. A Conselheira sugeriu elaborar matéria sobre a utilização
942 do Canabidiol para fins terapêuticos e a divulgar no *site* do CFESS. Sobre o Conep,
943 Comissão Nacional de Ética e Pesquisa, haverá, na semana que vem, o ENCEP,
944 Encontro Nacional dos Comitês de Ética e Pesquisa, momento em que apresentará
945 três resoluções: uma trata das pesquisas no âmbito do SUS, outra que trata da
946 creditação dos CEPs e outra sobre as pesquisas nas ciências sociais, sendo que esta
947 última também será discutida numa mesa no ENPESS. Solicitou à Comissão de
948 Comunicação matéria divulgando o ENCEP. A Conselheira solicitou também,
949 encaminhar à Comissão de Comunicação CFESS Manifesta sobre o Dia da
950 Consciência Negra, dia 20/11, elaborado pelas Conselheiras Nazarela e Daniela
951 Castilho, lido no Pleno pela Conselheira Juliana, cujo texto foi aprovado pelo
952 Conselho; CFESS Manifesta para a Conferência de Saúde do Trabalhador, convidar a
953 assistente social Conceição Robaima para elaborar; CFESS Manifesta sobre o Dia de
954 Combate à AIDS, que se comemora no dia 1º/12, convidar Jandira (assistente
955 social/PA). Passou-se às deliberações da Comissão de **Ética e Direitos Humanos**. A

956 Conselheira **Tânia** fez as seguintes considerações: que foi feita na comissão uma
957 primeira discussão sobre o plano de ação, mas já estava organizado de rever em
958 dezembro com o grupo todo; que a Ética acabou ficando com muitas deliberações;
959 que em dezembro já volta com o plano de ação e com os projetos sugeridos pelo
960 Assessor Vilmar; varias deliberações indicam a necessidade de manifestação jurídica:
961 que a primeira saiu de elaborar manifestação jurídica para ser encaminhada para os
962 CRESS, visando publicação de uma resolução sobre o acesso ao material do
963 conjunto para fins de pesquisa; que saíram muitas demandas de elaborar
964 manifestação jurídica e poderia juntas esses arquivos para se ter uma ideia de
965 quantas são e como se colocam em termos de prioridades; que cada plano de ação,
966 cada comissão trará informação sobre deliberação de elaboração de manifestação
967 que saiu aprovada. “Queremos organizar todas as manifestações, ou solicitações,
968 todas as demandas de manifestações jurídicas, para termos uma ideia da quantidade,
969 das temáticas, porque está separado, e definir as prioridades”. A Assessora Jurídica
970 **Sylvia Terra** responde que de alguma forma organiza todos os assuntos que tenham
971 natureza jurídica, que sejam objetos de parecer, conforme as deliberações em
972 conjunto. A Conselheira **Tânia** continuou dizendo que outra que também está no
973 plano de ação é aquela do levantamento das Comissões de Ética, que é só mandar
974 officio; que será dado encaminhamento para o levantamento das comissões de ética e
975 direitos humanos e as comissões ampliadas, como é que funcionam, qual é o nome
976 etc. Sobre a deliberação de custeio pelo CFESS para duas pessoas para o curso do
977 Ética em Movimento, após discussão do Pleno, avaliou-se que não se trata apenas da
978 viabilidade financeira, mas principalmente sobre quantitativo de participantes em
979 função da metodologia do curso. Há concordância de se reavaliar, tomando essa
980 perspectiva. A Conselheira continuou, dizendo que na Comissão de Ética tinham
981 algumas demandas com relação à inquirição especial; que enviou e-mail perguntando
982 se tinha alguma manifestação posterior; também a demanda que a Assessora Sylvia
983 deixou para a Comissão de Ética, que ficou para dezembro, para fazer a análise
984 política da discussão jurídica do desaforamento da 7ª Região; e sobre o fórum das
985 comissões de ética, que acabou sendo definido; que o plano de ação será
986 apresentado em dezembro, já com os projetos. A Assessora Sylvia Terra informou de
987 convite da assistente social Liliane (SP) para conhecer o trabalho do serviço social em
988 unidade do SUS, que realiza processo transexualizador, visando subsidiar a
989 elaboração de uma possível regulamentação do trabalho de assistentes sociais
990 nesses serviços públicos. Sylvia e Tânia conversarão com Liliane. Sobre o Seminário
991 Trans, a Conselheira **Tânia** disse que a comissão se reunirá em dezembro e que a
992 sua preocupação é com o local do evento e que a grande pergunta é qual vai ser a
993 dimensão do evento para poder ver o local. Após discussão, o Conselho definir por
994 fazer contato com o CRESS/SP para pesquisar local para o evento a ser realizado em
995 junho (quinta e sexta), para público aproximado entre 300 a 500 participantes. A
996 Assessoria Especial ficou de organizar as demandas para assessorias jurídicas
997 oriundas do Encontro Nacional e comissões para discutir em conjunto. Passou-se às
998 deliberações da Comissão de **Formação e RI**. A Conselheira **Erlenia** prestou as
999 seguintes informações: que na reunião da Comissão a Conselheira Sandra ficou com
1000 a relatoria e a Conselheira Esther ficou com o plano de ação; falou do movimento
1001 junto às universidades públicas para sugerir na inclusão dos seus planos de expansão
1002 o curso de serviço social; que já foi encaminhado officio à Unilab, universidade que
1003 fica em Redenção, CE; que já foi sugerido, inclusive, uma reunião para dezembro;

1004 comentou sobre a participação de reunião do GT Trabalho e Formação, no
1005 CRESS/CE; que ficaram alguns encaminhamentos para janeiro, como a reunião com
1006 o MEC, a reunião com o ANDES e também a reunião de Brasília, que acontecerá no
1007 dia 4 de fevereiro; que a ação de continuidade fica melhor para dezembro, trazer
1008 alguns elementos já para o Pleno de dezembro; que além da Unilab está sugerindo a
1009 abertura do curso de serviço social para a Universidade Federal de Mato Grosso do
1010 Sul; que tem contatos com o pessoal da Unicamp e a Universidade Federal do
1011 Caribinho; e que o CRESS já começou esse movimento, que o primeiro contato já foi
1012 feito, mas será encaminhado um ofício formal; que quanto à reunião do GT, inclusive
1013 já encaminhou e-mail à Sandra, dizendo que a reunião do GT será no dia 30, falta
1014 definir a pauta: um encontro específico para fazer o mapeamento nas regiões dos
1015 CRESS e o lançamento da cartilha, resolver a adequação do plano de luta, o
1016 calendário de reuniões e encaminhamentos; que já indicou que seriam três reuniões
1017 do GT por ano; que o encaminhamento do GT é para socializar a pauta, que deve ser
1018 uma pauta flexível e pode indicar alguns elementos. A Conselheira observou que a
1019 deliberação do exame de proficiência só problematizou o fato de que ainda não
1020 estava incorporado na categoria o exame de proficiência, embora já tenha documento
1021 e o CFESS se posicionou contrário. Observou, também, que, segundo o CRESS/CE,
1022 essa discussão é muito por causa do pouco crescimento do ensino presencial; que
1023 das carteiras entregues, mais de cem eram de ensino a distância; que já foi passado
1024 ao conselho para conhecimento o que exatamente está acontecendo naquela
1025 modalidade de tornar o curso de extensão em um curso de graduação. A Conselheira
1026 **Daniela Neves** observou que o mote pode ser a própria reunião no dia 30 de
1027 novembro e a matéria ser a própria reunião do GT; que a prioridade no GT será a
1028 ampliação dos cursos. A Conselheira **Alessandra** sugeriu que se acrescente na lista
1029 a UFMG, que não tem o curso de Serviço Social; que a articulação do CRESS e da
1030 ABEPSS está bem avançada; que a questão é onde ficará o curso. A Conselheira
1031 **Esther** informou que assim foi dividido o orçamento: orçamento total, ficando
1032 R\$31.500 para as reuniões do GT, três reuniões ao ano, pensando que esse GT
1033 congrega ABEPSS, ENESSO e CFESS; para as ações no Plano de Lutas no
1034 Encontro Nacional e Regional, R\$50.000; que grosso do orçamento ficará para o GT,
1035 com R\$80.000; que a ação de períodos anteriores, que é a publicação da brochura
1036 sobre a residência multiprofissional, esse orçamento é da Comunicação; a
1037 manutenção das reuniões do CFESS com as representantes nas câmaras técnicas
1038 das residências multiprofissionais: R\$20.000; dividiu-se em dois níveis, a participação
1039 em eventos relacionados ao debate da formação profissional (congresso do Andes,
1040 Encontro Nacional de Educação) R\$20.000 e mais R\$20.000 para apoio a
1041 movimentos sociais e eventos que apoiem na formação profissional. Passou-se às
1042 deliberações da **RI**. A Conselheira **Esther** fez informes sobre a participação no
1043 Congresso Argentino de Assistentes Sociais; que a grande discussão foi a luta que
1044 eles estavam fazendo a respeito da profissão; que ontem houve a boa notícia, que ela
1045 tem que ser comemorada, registrada nos jornais para parabenizar a FAAP sobre a lei
1046 que regulamenta a profissão na Argentina; e sobre a elaboração do plano de trabalho
1047 do COLACATS, informou que há dois pronunciamentos que vieram da FITS, dos
1048 estudantes mexicanos e também sobre o Ebola. São dois pronunciamentos a serem
1049 divulgados no *site* do CFESS, juntamente com o evento que vai ocorrer em Porto Rico
1050 no ano que vem, que é um evento prioritário; que ontem divulgou-se o encontro que
1051 vai acontecer em Cuba, mas em Porto Rico vai acontecer antes e já abriu a inscrição;

1052 que para esse em Porto Rico é preciso o envio dos resumos até janeiro; que a
1053 Comissão de Seguridade poderia fazer o trabalho pelo CFESS; que poderia vir uma
1054 caravana maior do CFESS para este evento em Porto Rico; que se pode garantir a
1055 representação e dividir, principalmente no que diz respeito a diárias, para que mais
1056 colegas possam ir, pensar algo que amplia a presença do CFESS, além das suas
1057 organizações; que a associação de Porto Rico está compartilhando bastante com o
1058 CFESS; que deve ser divulgado esse evento para todos os países, para poder
1059 adensar a participação internacional. A Conselheira leu o plano de ação: para as
1060 ações do COLACATS, de Porto Rico, R\$26.000; que a deliberação é realizar
1061 levantamento sobre serviço social, formação e regulamentação do exercício
1062 profissional, organização política da categoria etc, os países fronteiriços com vistas a
1063 subsidiar o conjunto CFESS-CRESS sobre serviço social nas regiões fronteiriças em
1064 2016, e política de articulação com esses países; que para viabilizar essa ação, fazer
1065 encontros descentralizados, pautando essa temática nas regiões; fazer uma ação de
1066 coordenação desse evento desde fevereiro do ano que vem, porque se pensou em
1067 mandar para todos os CRESS um roteiro de questões sobre como é que se
1068 comparece lá no CRESS para que na prévia, um dia antes do encontro
1069 descentralizado na região, se faça esse debate; que não seria só uma coisa de
1070 relação de fronteiras, mas também o debate sobre a questão da migração; que é
1071 preciso agora adensar mais como é que vai ser esse formato. Sustentou que esse
1072 seminário é para acumular conhecimentos e também problemáticas para que se
1073 possa enfrentar a intervenção profissional; que a demanda dessa questão surgiu com
1074 o seminário internacional, veio da Região Norte em 2012. Falou também do
1075 investimento financeiro para a manutenção do *site* do COLACATS; que no ano que
1076 vem precisará de recursos para manter o *site*. Expôs que outra ação é com relação à
1077 Liga Portuguesa e das relações dos países de língua espanhola; previsto um recurso
1078 principalmente na relação com Angola; teria um congresso nacional em novembro e
1079 passou para março; que no ano que vem será preciso saber como investir nessa
1080 relação. Registrou também a manutenção da anuidade da FITs, outros recursos para
1081 fomentar as ações de debate das comissões regionais e nacionais de solidariedade a
1082 Cuba, que é o único espaço organizado que o CRESS tem também participado.
1083 Reservou-se R\$5.000 para isso. E que, portanto, em termos de relações
1084 internacionais, COLACATS, a questão da língua portuguesa, basicamente Angola, e
1085 também solidariedade a Cuba ficou um valor de R\$ 61.000, com o acréscimo de
1086 R\$100.000 para a realização desses encontros descentralizados no ano que vem. Dia
1087 16 de novembro A Conselheira **Marlene** deu início à Reunião do Conselho Pleno
1088 informando que a pauta do dia será Assuntos Jurídicos, desaforamentos, as
1089 Deliberações das Comissões, distribuição da participação do CFESS no ENPESS,
1090 nota ENADE, encaminhamento das moções do Encontro Nacional e Ética em
1091 Movimento. Assuntos Jurídicos (continuação). A Assessora Jurídica **Sylvia Terra**
1092 começou pelo Parecer Jurídico n. **42/2014**, que trata do desaforamento de denúncia
1093 ética n. 07/2013, protocolizada perante o CFESS/Arguição de impedimento do
1094 CRESS da 7ª. Região, para processar e julgar a denúncia. Após leitura, a Conselheira
1095 **Esther** manifestou-se pelo acatamento do parecer. A Assessora **Sylvia Terra** disse
1096 ainda da importância do processo de desaforamento passar pelo CFESS. Que essa
1097 atitude do CRESS, de já avisar, já denota certa insubordinação contra esse
1098 procedimento, que é aquilo que eles estão querendo, que não tenha inclusive a
1099 análise jurídica; que o desaforamento é um procedimento excepcional, e que nessa

1100 medida, ele pode, se desaforar sem motivo, anular todo o processo, porque ele pode
1101 ensejar cerceamento de defesa; que tem de haver muitos motivos que ensejam
1102 efetivamente o deslocamento da jurisdição, para que não haja nenhuma alegação de
1103 cerceamento de defesa, como nesse caso. Após discussão sobre para onde seria o
1104 desaforamento da denúncia, o Conselho encaminhou por acatar o parecer e o
1105 desaforamento da denúncia para o CRESS 6ª Região e encaminhar cópia para os
1106 CRESS da 7ª e da 6ª, este último acompanhado do prontuário original, se houver. A
1107 Assessora passou a ler o Parecer Jurídico n. **43/2014**, Desaforamento 02/2012 de
1108 denúncia ética protocolizada perante o CRESS/Arguição de impedimento do CRESS
1109 da 7ª Região para processar e julgar a denúncia. Após discussão, o Conselho
1110 deliberou por acatar o Parecer e encaminhar o desaforamento da ação ética para o
1111 CRESS da 9ª Região/SP. Passou-se para o Parecer Jurídico n. **44/2014**,
1112 Desaforamento de denúncia ética nº 08/13 protocolizada perante CRESS/Arguição de
1113 impedimento do CRESS da 17ª Região para processar e julgar a denúncia. Após
1114 discussão, o Pleno deliberou por acatar o Parecer Jurídico, indeferir o desaforamento
1115 e encaminhar cópia ao CRESS da 17ª Região/ES. Concluídos os assuntos jurídicos, a
1116 Assessora Sylvia informou que o Desaforamento n. 16/014 será reformulado com
1117 base no Parecer Jurídico 43 e apresentado no próximo Pleno, juntamente com todos
1118 os de 2014, que são oito.

1119 Deliberações das Comissões (continuação). A Conselheira **Sandra** deu início às
1120 deliberações da Adm-Fin, dizendo que foi traçado um plano de atividades no valor de
1121 R\$301.000,00; que, como primeira ação, foi previsto para a reunião do GT que tratará
1122 do recadastramento e das cédulas de identidade profissional; que foi previsto recurso
1123 no valor de R\$10.000,00 destinado para as reuniões do GT; previsão de duas
1124 reuniões; que a outra parte do recurso é para o processo de recadastramento, recurso
1125 já existente, recurso do fundo de bens móveis, na conta do recadastramento e existe
1126 a proposta de transferir R\$300.000,00 de saldo do ano de 2014 para o fundo de
1127 recadastramento, ampliando assim o recurso para essa atividade; que esse recurso é
1128 previsto para a aquisição dos equipamentos para os CRESS, recurso necessário para
1129 operacionalizar o recadastramento. Ficou definida Reunião do GT Recadastramento
1130 para o dia 9 de dezembro, cujos participantes são: Esther, Sandra Sempé, Vitor,
1131 Valéria e Bernadette. A Conselheira Sandra continuou a exposição da Adm-Fin. Item
1132 6, GT da pesquisa sobre perfil profissional, realidade do exercício profissional do país.
1133 Será discutido no Pleno de dezembro, mas já há uma previsão de recursos de
1134 R\$15.000,00, recurso destinado às reuniões do GT. O recurso para a
1135 operacionalização da pesquisa está incluído na parte do fundo de recadastramento.
1136 O item 7 refere-se à deliberação sobre o arquivamento e eliminação dos documentos.
1137 Previsão de R\$12.000,00 para duas reuniões do GT, prevista reunião para fevereiro.
1138 No item 8, a deliberação refere-se à construção de uma política de inadimplência,
1139 sendo previsto um valor de R\$36.000,00, duas reuniões desse GT. GT Inadimplência,
1140 29 e 30 de janeiro/2015, participantes: Conselheiras Esther, Sandra, Valéria, Nazarela
1141 e Tânia. Item 9 trata da necessidade de conhecer e socializar as experiências
1142 referentes à descentralização do desenho institucional do conjunto CFESS-CRESS.
1143 Foi feito um levantamento e não um mapeamento das experiências dessa
1144 descentralização, sendo que os CRESS têm trabalhado com outras interiorizações e
1145 outras iniciativas. A proposta é de aprofundar o mapeamento dessas experiências.
1146 Tendo em vista que a deliberação foi aprovada com o objetivo de construir diretrizes
1147 nacionais, existe a proposta de realizar o encontro com os CRESS no início de junho,

1148 para fazer a discussão desse mapeamento e propostas de estabelecer essas
1149 diretrizes nacionais. Há um encaminhamento para o Assessor Vitor, que fará a
1150 primeira análise e encaminhará para a Assessora Sylvia, sobre essas propostas
1151 possíveis. Foi previsto 70.000,00, porém ainda não foi pensado o tipo do evento,
1152 dependerá das informações, da necessidade da alteração de estatuto. Foram poucos
1153 CRESS que responderam. O item 10 refere-se ao trabalho da padronização do
1154 cadastramento dos profissionais dentro do sistema de geração de dados. Previsto o
1155 valor de R\$10.000,00 para a reunião do GT. Havia sido prevista inicialmente uma
1156 reunião desse GT no dia 5 e 6 de março, mas possivelmente essa data será alterada.
1157 Houve uma discussão na Adm-Fin já com uma proposta de implementação das
1158 alterações no sistema referente à pessoa física. Chegou-se à conclusão de que
1159 haverá a necessidade de construir um instrumento que regule esse processo da
1160 padronização. Agendada reunião para o dia 9 de dezembro com a IMPLANTA, no
1161 período da tarde, para que se conhecer detalhadamente quais são esses
1162 procedimentos, para isso subsidiar a elaboração de uma minuta, tendo em vista a
1163 padronização. A reunião desse GT foi prevista para discutir as alterações
1164 relacionadas à pessoa jurídica, mas após a conversa de ontem pensou-se em marcar
1165 uma nova reunião em janeiro ou fevereiro. A Assessora Especial **Cristina Abreu**
1166 informou que depois da reunião com a IMPLANTA no dia 1º, foi-nos enviado um termo
1167 de aceite do processo e que já estava tudo organizado; que eles se referem a um
1168 termo que já tem um contrato assinado sobre isso em fevereiro ou abril; que sua
1169 dúvida é se haverá mudança no processo. A Conselheira **Esther** esclareceu que foi
1170 feita a reunião com a IMPLANTA no dia 1º de novembro, quando foi implantado o
1171 sistema adequado; que, com relação à IMPLANTA, está tudo certo, que a questão é o
1172 estabelecimento de um prazo. Discutiu-se que não se pode ficar à mercê da vontade
1173 do CRESS. Será estudada a questão da minuta de resolução, normatizar os
1174 procedimentos internos do CFESS e normatizar no Conjunto CFESS-CRESS a
1175 padronização. “Teremos que buscar com a IMPLANTA todos os elementos que
1176 temos, para fazermos uma resolução que seja adequado ao sistema”. A Conselheira
1177 **Sandra** argumentou que, na última reunião com a IMPLANTA, informaram que os
1178 CRESS têm de fazer um backup das informações que estão no sistema e também
1179 imprimir os relatórios, pois essa é uma única forma de documentar. É preciso
1180 normatizar, como uma forma de assegurar que os CRESS cumprirão seus papéis
1181 nesse processo. E continuando sua exposição, passou à deliberação n. 12, que trata
1182 da construção da agenda permanente do CFESS-CRESS, com previsão de
1183 R\$16.000,00 para duas reuniões do GT. Como é um GT de grande dimensão pensou-
1184 se em realizar uma reunião prévia do CFESS antes da reunião do GT. Em relação ao
1185 plano de ação, informou que a última atividade refere-se ao CFESS na Estrada, que
1186 foi previsto o valor de R\$132.000,00. O plano de atividades totaliza R\$301.000,00. A
1187 conselheira informou sobre o processo licitatório da assessoria contábil, dizendo que
1188 a proposta vencedora foi da Ata Contabilidade (Vilmar), porém terá que ser realizado
1189 um contrato emergencial cobrindo o período de um mês, o que já foi encaminhado. O
1190 Conselho Pleno aprovou a elaboração de contrato emergencial por 30 dias, 1 a 30 de
1191 novembro. A Conselheira Sandra deu início ao último ponto da Adm-Fin. Informou que
1192 o Assessor Contábil Vilmar Medeiros apresentou um balanço, que indicou que com a
1193 empresa Completa os gastos com o Encontro Nacional dobraram em relação ao
1194 último Encontro, o de Pernambuco, onde ocorreram vários deslocamentos; que houve
1195 uma reunião em outubro, com a presença da assessoria jurídica, Sylvia e Vitor, os

1196 funcionários, a gestora do convênio e outros funcionários, onde foram mapeados
1197 todos os problemas da Completa; que o Conselho ficou de elaborar um ofício para
1198 notificar a empresa, também considerando outras atividades realizadas pela empresa,
1199 como a Plenária de Saúde, o Curso Ética em Movimento etc.; que o ofício será
1200 enviado ainda esta semana para a Completa; que no pleno de dezembro terá que ser
1201 feita avaliação, onde poderemos trazer as informações sistematizadas dos produtos
1202 da empresa, ocasião em que renova-se ou não o contrato. Se o Conselho optar por
1203 não renovar, será realizado novo processo licitatório, pois o contrato termina em abril
1204 ou maio de 2015. A Assessora Jurídica **Sylvia Terra** lembrou que se não houver uma
1205 atitude do CFESS em relação a uma notificação para a Completa, colocando os
1206 motivos pelos quais o serviço não está sendo prestado de forma adequada, ela pode
1207 participar da licitação e ganhar novamente. A Conselheira **Daniela Neves** disse que
1208 se o Conselho ficar na inércia certamente incorrerá no risco de um processo judicial
1209 quando tiver que eliminá-la, não só na concorrência, mas agora para a ruptura do
1210 contrato. A Conselheira **Sandra** disse que na reunião chegou-se à conclusão de que
1211 não há elementos para justificar uma ruptura de contrato, que o que se pode fazer é a
1212 não renovação do contrato; que as informações de alto custo do 43º Encontro
1213 Nacional em relação ao anterior, já solicitou ao Assessor Contábil Vilmar, para que se
1214 acrescente ao processo. A Assessora Especial **Cristina Abreu**, como gestora do
1215 contrato, disse que na plenária da saúde a Completa até hoje não mandou o
1216 orçamento. Compartilhou com os demais que a empresa é pequena para o porte de
1217 responsabilidade que assumiu, tem poucos funcionários etc. Existem despesas do
1218 Encontro Nacional, em setembro, que até hoje não foram cobradas. Se os
1219 prestadores de serviço alegarem que prestaram o serviço e não receberam o CFESS
1220 pode ser responsabilizado; que em contrapartida, se eles fizeram todos esses
1221 pagamentos não é uma empresa tão pequena assim, pois tiveram dinheiro para pagar
1222 antes de cobrar do CFESS. A Conselheira **Bernadette** questionou se é preciso
1223 necessariamente existir a figura dessa empresa intermediadora. A Assessora Cristina
1224 respondeu que até pode, mas é para facilitar o andamento de cada processo. Citou o
1225 exemplo do Encontro Nacional, que precisava fazer pelo menos quatro licitações e a
1226 alternativa, por orientação dos assessores, foi a contratação de uma empresa
1227 intermediária. A Assessora Especial Zenite Boguea complementou dizendo que tem
1228 que avaliar os benefícios. A Assessora Jurídica **Sylvia Terra** disse que o CFESS tem
1229 de mandar uma notificação exigindo a nota fiscal; que o CFESS tem que administrar
1230 esse contrato, querendo saber se a Completa vem pagando aos fornecedores; que é
1231 uma obrigação do CFESS ter conhecimento disso. A Assessora relatou, também, que
1232 mesmo que o CFESS mantenha essa modalidade de prestação de serviço com
1233 intermediária tem que rever esse contrato, há de se fazer um contrato mais detalhado,
1234 que estabeleça mais funções e que tire essa responsabilidade do CFESS. Tem de
1235 haver uma fiscalização rígida. Disse, ainda, que o Assessor Vitor seria a pessoa mais
1236 adequada para trazer elementos para subsidiar o Conselho nessa tomada de decisão.
1237 A Conselheira **Sandra** disse que sua primeira proposta foi para ser reforçado o
1238 encaminhamento no próximo Pleno até porque já virá com informações que
1239 subsidiarão melhor a avaliação e a tomada de decisão. Em relação ao contrato, disse
1240 que essa foi a primeira vez que foi feito um contrato com uma empresa que faz essa
1241 intermediação; que nas avaliações já ficou claro que tem que ser feita uma importante
1242 revisão, tanto no processo de licitação, quanto no contrato. Acrescentou que todos
1243 fariam a sistematização dos fatos, para, a partir daí, notificarmos a Completa. “Essa é

1244 uma ação que não podemos deixar passar de dezembro. Tem que ser votado no
1245 Pleno, inclusive se há obrigatoriedade ou não desse contrato. Temos que rever e
1246 considerar uma série de coisas para a apreciação do Pleno com prioridade”. A
1247 Conselheira **Valéria**, sobre a força-tarefa, reforçou que o Conselho deve estabelecer
1248 um prazo para que encaminhem esses relatórios, para que no próximo Pleno já se
1249 tenha tudo à disposição, pois não adianta fazer nova reunião com essa mesma pauta
1250 se não tiver esses relatórios. A Conselheira se dispôs a participar de alguma medida
1251 dessas atividades. Quanto ao relatório, a Assessora comprometeu-se a entregá-lo na
1252 segunda-feira, no final da tarde. O Conselho decidiu que a Assessora Cristina,
1253 gestora do contrato, levantará as pendências para a elaboração da notificação. Será
1254 elaborado um documento descrevendo todas as dificuldades, para se avaliar no Pleno
1255 de dezembro quanto aos encaminhamentos cabíveis. Passou-se às deliberações da
1256 Comissão de Comunicação. A Conselheira **Daniela Neves** relatou o que se discutiu
1257 na reunião da Comissão. Existindo várias pendências de materiais a serem
1258 divulgados (vídeos, brochuras de eventos), deliberou-se por reunião com a
1259 coordenadora da comissão, assessoria de comunicação com assessoria especial,
1260 para organizar as pendências de vídeos e publicações e seus respectivos formatos,
1261 para se definir as providências para atualização. Foi aprovada a realização de
1262 licitação para a contratação de produtora, para transformar os vídeos dos eventos em
1263 formato compatível para divulgação no youtube. A Conselheira passou para o item
1264 Revista Inscrita, que a comissão fez um debate. Propôs transformar a Revista Inscrita
1265 em formato *online*, sem ter a publicação física dela. O Pleno deliberou que a Revista
1266 Inscrita a partir do n. 15 será apenas virtual. E verificar a possibilidade de publicar as
1267 edições dos demais números no *site*. Sobre a Agenda 2015, o material recebido não
1268 atende ao que foi definido. Será necessária uma redefinição do conteúdo produzido,
1269 utilizando a temática definida para a Campanha do Dia do/a Assistente Social para
1270 2015. As conselheiras se reunirão hoje (16/11) para reorientar o conteúdo. Passou-se
1271 às deliberações da COFI. A Conselheira **Alessandra** informou que o COFI deliberou
1272 na Reunião Extraordinária, a elaboração de uma nota técnica sobre uma
1273 sistematização das principais questões hoje de contrato de trabalho dos profissionais
1274 da assistência, principalmente dos assistentes sociais, para subsidiar a campanha
1275 para o concurso público; que se podia contratar alguém para elaborar uma nota
1276 técnica sobre a temática, que seria o documento que iria subsidiar os fóruns dos
1277 trabalhadores do SUAS nas incidências dos estados ou municípios, para a realização
1278 de concurso; que esta nota deve ser elaborada logo. A Conselheira **Esther**
1279 acrescentou que essa nota técnica será fundamental para a campanha nacional para
1280 o concurso público e contra a precarização do trabalho no SUAS; que uma das
1281 questões centrais hoje no SUAS é o processo de terceirização; que a questão
1282 terceirização tem que ser problematizada e garantir que se fale nisso. A Conselheira
1283 **Marlene** acrescentou que há alguns dados extraídos recentemente, no começo do
1284 semestre, como a pesquisa do Censo SUAS, mudança de cenário dos trabalhadores
1285 do sistema. Foi aprovada a contratação de assistente social para elaboração da nota
1286 técnica sobre trabalho profissional no SUAS, cuja ementa: apresentação dos dados
1287 de pesquisa (Censo SUAS, Munic. Estadual) sobre a incidência dos assistentes
1288 sociais no SUAS e o vínculo empregatício. Implicações na garantia da qualidade dos
1289 serviços socioassistenciais e nos direitos dos usuários da assistência social.
1290 Implicações nas condições de trabalho e na efetivação do SUAS. Justificativas dos
1291 estados e municípios do ponto de vista legal e orçamentário para a não realização

1292 dos concursos públicos e/ou não garantia dos profissionais concursados nas equipes
1293 de trabalho na assistência social. Relação com as deliberações do Encontro Nacional
1294 do conjunto. A Conselheira **Marlene** sugeriu o nome de Vânia Nery, de São Paulo,
1295 que tem estudos nessa área, trabalha com gestão de pessoas, tem doutorado em
1296 gestão do trabalho e tem acompanhado todo esse debate pelo Brasil. A Conselheira
1297 Alessandra sugeriu o nome de Rodrigo Souza Filho, que desenvolve estudo sobre
1298 gestão pública, agora focando na discussão do SUAS. A Conselheira Sandra sugeriu
1299 o nome de Raquel Raichelis, que participou de uma pesquisa nacional sobre a
1300 implementação do SUAS, que um dos eixos era a gestão do trabalho, está com uma
1301 publicação em um texto da revista Serviço Social e Sociedade, sobre a crise do
1302 capital e as implicações para a política social e para o trabalho do Assistente Social.
1303 Foram indicados os nomes de Rodrigo Souza Filho, Raquel Raichelis e Vânia Nery,
1304 por sugestão da Conselheira Sandra, a serem consultados nessa ordem e elaborar
1305 contrato. A Conselheira **Sandra** indagou sobre o valor para a contratação da nota
1306 técnica. A Conselheira **Alessandra** informou que as últimas notas técnicas foram no
1307 valor de R\$5.000,00. A Conselheira **Sandra** disse que já se discutiu o objeto, a
1308 justificativa do tema, mas é importante justificar o porquê da contratação, para
1309 subsidiar o contrato. A Conselheira continuou com as deliberações, informando sobre
1310 o Encontro das COFIs, no dia 28, e que repassou para a Assessora Cristina os
1311 convites para acompanhar o Fórum das COFIs do Sul. Informou, também, as
1312 manifestações jurídicas, a primeira sobre a análise e estudos jurídicos quanto aos
1313 procedimentos cabíveis à fiscalização, quanto aos empregadores em cumprirem o art.
1314 5º da Lei 8.662, que estabelece jornada de 30 horas semanais sem redução de
1315 salários dos assistentes sociais, pendente de deliberação; que deve ser feito o estudo
1316 jurídico sobre as ações. A Conselheira Alessandra disse que a segunda é sobre a
1317 certificação do responsável técnico e a terceira sobre a manifestação jurídica sobre as
1318 Forças Armadas, de acordo com informações trazidas, que os profissionais que lá
1319 trabalham não estão submetidos às leis da profissão. A Assessora Jurídica **Silvia**
1320 **Terra** informou que existe hoje uma jurisprudência que considera que é possível a
1321 fiscalização dos conselhos nos espaços militares, que essa já está adiantada, pois já
1322 colheu a jurisprudência e já tem todos os elementos. A Conselheira **Juliana** indaga
1323 sobre o adiantamento de recursos do CRESS/ES se houve encaminhamento. A
1324 Assessora **Cristina Abreu** informou que será enviada a manifestação ao Assessor
1325 Contábil Vilmar Medeiros e que por ofício será informado que não há necessidade
1326 daquele valor pleiteado; que a Assessora Cristina fará o ofício. A Conselheira **Esther**
1327 deu início aos pontos pendentes. O primeiro trata da participação do CFESS no
1328 ENPESS, nas atividades simultâneas, como o colóquio da pós, da graduação, o
1329 momento da questão da ética em pesquisa, em que o Conselho poderia se dividir nas
1330 várias atividades; que irão os Conselheiros Esther, Maurílio, Juliana, Alessandra,
1331 Sandra, Daniela Neves, Erlenia, Cristina e Hirley. A Conselheira Tânia ficou de
1332 confirmar. A Assessora Cristina Abreu informou que a abertura é no domingo à noite e
1333 que as duas mesas redondas são “Movimento Feminista – Negro e LGBT” e
1334 “Movimento de Frente Sindical e Popular”. A Conselheira Esther fez as seguintes
1335 considerações: dez conselheiros; que na primeira mesa participará a Daniela Neves;
1336 que no dia 1/12 haverá o espaço Sérgio Arouca; que a Conselheira Alessandra ficará
1337 no espaço da Saúde, o Conselheiro Maurílio também; que na conferência magna
1338 todos os conselheiros participarão; que há três mesas redondas: 1. projeto de
1339 universidade e o princípio da indissociabilidade, o lugar da extensão na produção de

1340 conhecimento. 2. a ofensiva do conservadorismo e os desafios para a perspectiva
1341 histórico-crítica na produção do conhecimento no Serviço Social. 3 a educação
1342 permanente e política de assistência social: o papel da academia e os desafios para o
1343 Serviço Social; que a divisão ficaria assim: Esther e Alessandra na primeira mesa;
1344 Juliana e Daniela na primeira mesa; Tânia também na primeira mesa; Sandra na
1345 terceira mesa. Erlenía na primeira mesa; Hirley na terceira mesa redonda. No período
1346 da tarde coordenação oral. No dia 3/12 espaço Sérgio Arouca; Alessandra ficará na
1347 Saúde, com Maurílio, Cris e Sandra; comunicação oral ainda pela manhã. Na parte da
1348 noite terá somente um colóquio, onde também todos participarão. No dia 04 pela
1349 manhã temos a reunião dos coordenadores do GTP e o colóquio da ética, sendo que
1350 todos querem ir para a Ética. A Hirley na Ética. Juliana e Erlenía para a graduação.
1351 Na conferência de encerramento e na assembleia haverá a participação de todos os
1352 conselheiros. A Conselheira **Erlenía** leu carta que trata de um encaminhamento pós-
1353 Encontro Nacional: “Nota Zero para o ENADE” encaminhada pelo Comitê Nacional
1354 em Defesa dos 10% do PIB para Educação Pública Já! Disse que essa carta é
1355 resultado de deliberações do Encontro Nacional de Educação (ENE) do qual o
1356 CFESS participou e também faz parte do Comitê; que a crítica ao ENADE é pertinente
1357 e há concordância com relação aos fundamentos da crítica; que, no entanto, em
1358 relação à adoção do “boicote”, refletiu-se que essa tática foi considerada frágil e as
1359 entidades ABEPSS e ENESSO não a defendem como uma estratégia de contestação
1360 ao ENADE. Após discussão, deliberou-se em explicitar esse posicionamento das
1361 entidades do Serviço Social ao Comitê, porém, concordando inteiramente com os
1362 argumentos críticos ao ENADE. Deliberou-se, também, que a Conselheira Erlenía
1363 encaminhará a posição do CFESS ao Comitê. Não havendo mais assuntos a tratar, a
1364 Conselheira **Esther** deu por encerrada a Reunião do Conselho Pleno.

Brasília, 17 de novembro de 2014.

Esther Luiza de Souza Lemos
Vice Presidente

Tânia Maria Ramos Godoi Diniz
1ª Secretária